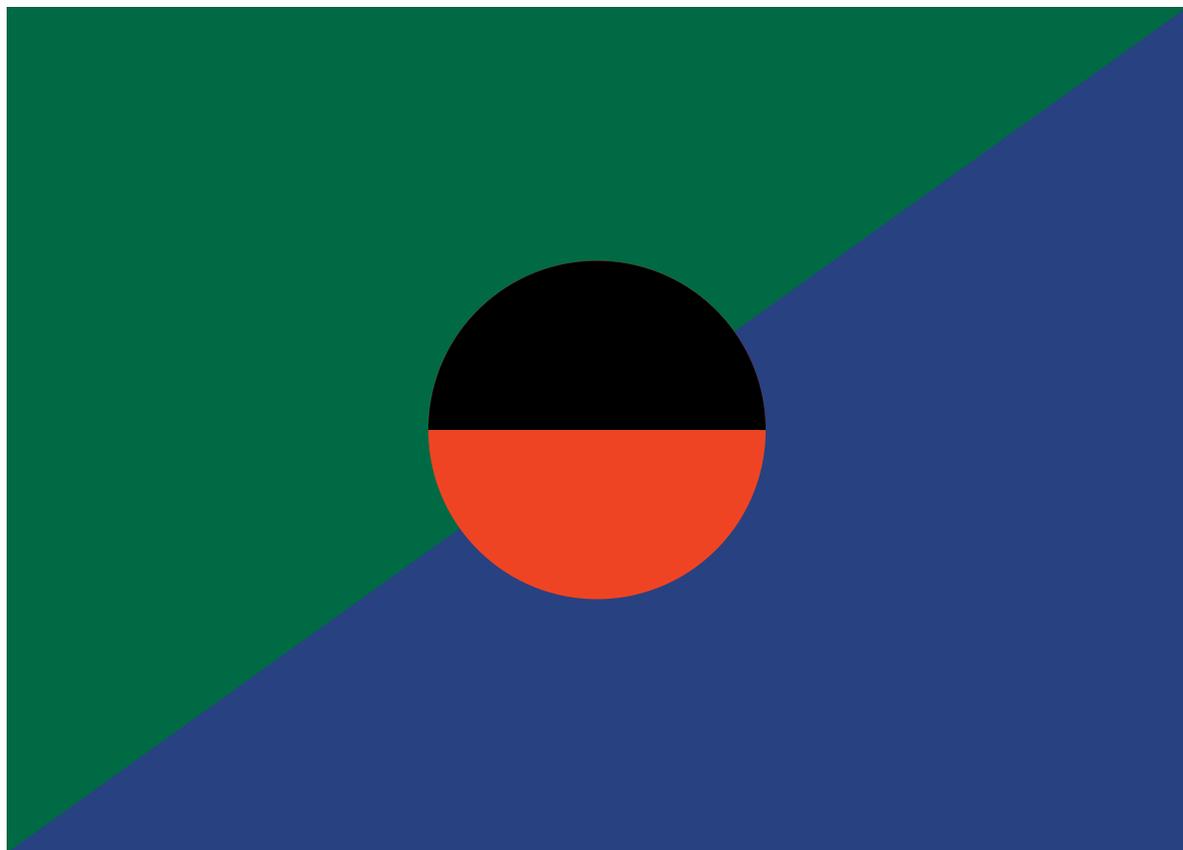


I R E H I



Gestão territorial e ambiental de
terras indígenas em Mato Grosso

I R E H I

**Gestão territorial e ambiental de
terras indígenas em Mato Grosso**

1ª edição

Cuiabá
Operação Amazônia Nativa – OPAN
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

J25i Jakubaszko, Andrea

Irehi: gestão territorial e ambiental de terras indígenas em Mato Grosso /
Andrea Jakubaszko. - Cuiabá : OPAN, 2020.
128 p. ; 17,5m x 24,5cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-86767-00-1

1. Povos indígenas. 2. Gestão territorial. 3. Gestão ambiental. 4. Mato
Grosso. I. Título.

2020-564

CDD 306.08918.172
CDU 304.2(817.2)

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índice para catálogo sistemático:

1. Grupos indígenas : Mato Grosso 306.08918.172
2. Modo de vida : Mato Grosso 304.2(817.2)



Realização



Financiamento



Parceiros



ASSOCIAÇÃO
PYTA

EXPEDIENTE

Autoria

Andrea Jakubaszko

Revisão

Dafne Spolti

Paulo Eberhardt

Luciana Rebellato

Artema Lima

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Imagem original de capa

Andrea Jakubaszko

Fotografias

Adriano Gambarini

Artema Lima

Edson Beiriz/Funai

Flávio Souza

Giovanny Vera

Guilherme Ruffing

Henrique Santian

Laércio Miranda

Liebe Lima

Lívia Alcântara

Marcelo Okimoto

Rinaldo Arruda

Sayonara Silva

Tarcísio dos Santos

Comunicação

Dafne Spolti

Diagramação

Lucas Rampazzo

Olivia Ferraz de Almeida

EQUIPE DO PROJETO IREHI — OPAN

Coordenadora

Artema Lima

Coordenadores de campo

Liebe Lima

Fabiano Rodrigues Da Matta

Luciana Rebellato

Indigenistas

Catiúscia Custódio de Souza

Elizabeth Carolina Zaratim

Marcelo Okimoto

Paulo Eberhardt

Rodrigo Ferreira Barros

Sandra Helena Maia

Luana Fowler Fatori

Gabriel Ulian

Setor Administrativo e Financeiro

Jonia Teresinha Fank

Lucirlene Pereira da Silveira

Luiz Antonio Maciel Rocha

Juliana Vieira da Silva

Débora Maria Vicente Araújo

Daniel Luid Campos

Contabilidade

Lauro José de Souza

Luis Eduardo Pereira de Souza

Comunicação

Giovanny Vera

Coordenação Executiva

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Lola Campos Rebollar

Rochele Fiorini

Vinícius Benites Alves

AGRADECIMENTOS

Aos povos Manoki, Myky, Nambikwara e Xavante, pela parceria e oportunidades de diálogo e aprendizado.

À Rede Juruena Vivo e à Articulação Xingu-Araguaia (AXA), pelos exemplos inspiradores e pelo apoio ao fortalecimento coletivo das populações tradicionais.

À Fundação Nacional do Índio (Funai), pela realização conjunta dos trabalhos.

À OPAN, pelo privilégio das convivências que propicia e pela possibilidade de compartilhar experiências do Mato Grosso indígena e indigenista.

Ao Fundo Amazônia e aos gestores Juliana Alvim, André Ferro e Rafael de Almeida Paula, pelo acompanhamento atencioso do projeto Irehi.

À equipe da arte, pelo comprometimento e envolvimento na elaboração deste trabalho.

•

Andrea Jakubaszko e Artema Lima

SUMÁRIO

10 Introdução

18 Parte I
A OPAN, os povos indígenas
e a PNGATI em Mato Grosso

68 Parte II
Implementando os pgtas Manoki, Myky, Nambikwara
de Pirineus de Souza e Xavante de Marãiwatsédé

116 Conclusão

122 Glossário

124 Bibliografia

INTRODUÇÃO

Este livro apresenta as ações para implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de Terras Indígenas (TIs) em Mato Grosso no contexto de atuação da Operação Amazônia Nativa (OPAN), por meio do projeto “Irehi: cuidando dos territórios”, no triênio 2016-2018. Com a publicação, pretende-se fortalecer o diálogo junto ao poder público, às comunidades indígenas e à sociedade civil, dando ênfase ao histórico e aos trajetos dessas experiências e etapas de execução da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

O registro das experiências vivenciadas pelos povos indígenas Manoki, Myky, Nambikwara e Xavante, referentes aos processos de implementação de seus planos de gestão territorial, é concernente à possibilidade de reconhecer e valorizar, por parte de uma política pública de Estado, os modos tradicionais de manejo e o acesso aos recursos vitais para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, além dos modelos de ocupação dos territórios historicamente habitados por eles, em contraste com modelos de ocupação e manejo predatórios que ameaçam a integridade de suas áreas protegidas.

Uma importante motivação para os registros é também a possibilidade de compartilhar com outras instituições e povos essas vivências, visando ampliar os espaços e possibilidades de realização da PNGATI, pensando ainda na importância da participação e compreensão por parte dos estados e municípios de seus papéis na consolidação dessa política pública.

Por fim, procura-se registrar este percurso do ponto de vista histórico e dos resultados alcançados até aqui, demonstrando e dando visibilidade às metodologias e especificidades do trajeto construído em parceria entre esses povos e a OPAN.

Em 2012, no mesmo ano do decreto de instituição da PNGATI, a OPAN lançou a publicação “Jeitos de fazer”, compartilhando as experiências da fase de elaboração dos PGTAs que apoiou nos estados do Amazonas e de Mato Grosso antes da promulgação do Decreto nº 7.747.

Aqui são as bacias dos rios Juruena e Araguaia, localizadas em Mato Grosso, que estão em foco. Áreas emblemáticas da diversidade socioambiental e cultural da Amazônia. Os interesses que respondem pelo seu processo de ocupação são representativos dos diferentes ciclos econômicos que historicamente figuram na ocupação da Amazônia brasileira, dominado desde a década de 1970 pela exploração madeireira e pecuária, e, mais recentemente, pela produção de grãos.

A ocupação dessas duas regiões foi intensificada a partir da década de 1970 com os incentivos do Governo Militar e a partir da construção das estradas BR-163, BR-158 e da rodovia Transamazônica.

As campanhas de “ocupação” da Amazônia mobilizaram contingentes populacionais de várias regiões do Brasil, responsáveis pela formação de dezenas de núcleos urbanos. Brasnorte, Comodoro, São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia, alguns desses núcleos, estão situadas no Arco do Desmatamento, onde ocorrem as mais elevadas taxas de desmatamento da Amazônia brasileira; locais onde incide um conjunto de interesses econômicos em diferentes polos de desenvolvimento: madeireiro, pecuário, da cultura da soja e de outros produtos agrícolas destinados à exportação.

As áreas contempladas nesta publicação são, portanto, um paradigma do que se passa hoje e do que ainda se passará na Amazônia brasileira como um todo: uma região em conflito entre diversos interesses sociais, econômicos, culturais e ambientais ligados tanto à conservação quanto à exploração dos seus recursos naturais.

Esses diferentes interesses estão associados a matrizes identitárias que refletem diferentes historicidades e modalidades de se relacionar com o espaço, reve-

lando a imensa diversidade sociocultural e fundiária do país, onde se expressam inúmeras formas de interagir e produzir os ambientes geográficos.

Entendendo a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos, Little (2004:253) define a territorialidade a partir do campo teórico da antropologia como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland (cf. Sack, 1986:19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. Assim, a territorialidade é vetor determinante não só para as definições identitárias, mas para a própria historicidade de sua constituição como grupo social”.

Com Menezes (2002), podemos pensar também que impulsionada por relações geopolíticas – através da problematização do estoque de recursos no âmbito de escala de uma economia mundial atrelada ao desenvolvimento tecnológico – ocorre a geração de uma nova concepção, a de desenvolvimento sustentável que, de acordo com a autora, põe em cena novas variáveis nos modelos de gestão territorial que, por sua vez, implicam em novas dinâmicas de ocupação dos territórios, impondo novos desafios.

Neste sentido, Menezes (2002) define o conceito de **local** como espaço físico e social distinguindo-o da noção de **território** compreendido como espaço político. O **desenvolvimento sustentável**, por sua vez, seria a concepção que parte do princípio de reconhecer a finitude dos recursos ambientais e, por isso, a preocupação de manutenção dos estoques para garantir a satisfação das necessidades das gerações futuras e atuais.

Para muitos autores e estudiosos, assim como para Menezes (2002:220), a biodiversidade amazônica representa uma vantagem geopolítica, assim como a fronteira da biotecnologia caso o Brasil se dedique a ultrapassar as barreiras de avanços tecnológicos que precisam ser alcançados aqui também, fazendo com que nossa biodiversidade saia da condição de potencial para, por meio da sustentabilidade socioeconômica, obter “vantagens comparativas na competição generalizada por mercados para produtos, bens e serviços”.

No plano político, para viabilizar essa realização é preciso que o planejamento territorial, entendido por Menezes como “produzir o pensar a ação/implemen-

tar a viabilidade da ação” (2002:201), sendo o **local** o recorte para pensar essa ação, podemos refletir que não basta que as terras indígenas sejam o único território a operar com a passagem da concepção de planejamento à gestão territorial propriamente dita. É fundamental que haja interação entre as terras indígenas e os municípios e estados onde elas se localizam para avançar na rota de produção de novos lugares, novos signos de produção e consumo substituindo os cenários de conflitos locais por cenários de novas sociabilidades, solidariedades, construindo cidades, vilas e aldeias prósperas para todos.

O **desenvolvimento sustentável** impõe a necessidade de reconhecer os valores culturais e sociais das localidades e, nos municípios mato-grossenses, essa compreensão só viria a agregar aspectos positivos para o desenvolvimento social e econômico do estado.

Se como considera Menezes, “a gestão pressupõe a ação sobre o espaço” (MENEZES:2002:201), a OPAN apoiou a realização de inúmeras ações em suas duas etapas de envolvimento com a PNGATI: na primeira, propiciou as fases de elaboração dos planos, ou seja, o planejamento que constitui a etapa de pensar a ação e, agora, num segundo momento, a execução desse planejamento idealizado pelas comunidades indígenas, implementando os planos conforme a seleção das ações imaginadas mediante análise de sua viabilidade.

A produção de informações, a vigilância e os instrumentos cartográficos constituem os vetores mais básicos e norteadores de uma gestão territorial e é nesse sentido que entram em cena as propostas em execução na implementação destes planos de gestão territorial, em cada uma dessas experiências no estado de Mato Grosso, em áreas de Amazônia Legal.

Para além do caráter técnico, esses vetores assumem aqui também um sentido etnográfico e histórico, já que cada dinâmica de vigilância segue simultaneamente padrões técnicos, mas também elementos culturais particulares na hora de sua realização e históricos conforme o cenário com o qual interagem. Da mesma forma, os instrumentos cartográficos se produzem com elementos específicos caracterizando-se como etnomapeamentos e etnozoneamentos.

O projeto “Irehi: cuidando dos territórios”, que na língua Manoki significa Sol e na língua Xavante significa grupo de vigilantes, tem o objetivo de fortalecer as capacidades de apropriação territorial dos povos indígenas Manoki, Myky e

Nambikwara, na bacia do rio Juruena, e do povo Xavante, na bacia do rio Araguaia (interflúvio com o rio Xingu), contribuindo no apoio à gestão de seus territórios, na produção sustentável agroflorestal e extrativista e no fortalecimento da identidade coletiva, visando o aumento da qualidade de vida desses povos e da sociobiodiversidade na Amazônia Brasileira. São quatro territórios com 520 mil hectares de floresta e área de transição com o Cerrado, totalizando 26 aldeias e uma população indígena de cerca de 1800 pessoas.

Esta publicação está dividida em duas partes. Na primeira contextualiza a PNGATI, faz um recorte histórico dos desafios presentes no cenário socioambiental de Mato Grosso e uma retrospectiva da atuação da OPAN na fase de elaboração dos planos juntos aos povos Manoki, Myky, Nambikwara e Xavante.

Na segunda parte, apresenta o processo de implementação das ações previstas nos PGTAs Myky, Manoki, Nambikwara e Xavante a partir do recorte dos eixos temáticos referentes a: 1 - monitoramento e vigilância territorial; 2 - manejo e produção sustentável de produtos agroflorestais, roças, quintais e fortalecimento dos rituais; 3 - formação, intercâmbios e ações transversais (mobilização das redes regionais). As ações são realizadas a partir dos contextos específicos de desenvolvimento destes quatro povos, enfatizando as metodologias, técnicas e práticas aplicadas em cada situação e um panorama dos resultados em curso, demonstrando a relevância dessas atividades para a melhoria da qualidade de vida nas aldeias e para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável em suas regiões.

*Região de Cerrado na
bacia do Juruena
Foto: Laércio Miranda/OPAN*







*Rio Sangue, na bacia do Juruena
Foto: Tarcísio dos Santos/OPAN*

PARTE I

A OPAN, os povos
indígenas e a PNGATI
em Mato Grosso

A OPAN é a primeira organização indigenista fundada no Brasil, em 1969. Historicamente, as equipes indigenistas multidisciplinares da OPAN realizaram trabalhos de base junto aos povos indígenas em eixos como política, terra, saúde, educação, economia, meio ambiente e cultura. A metodologia de trabalho da OPAN é pautada na ação direta, por meio do convívio e do envolvimento no cotidiano das aldeias, que são o núcleo orientador das propostas e desenvolvimento dos projetos.

Como entidade indigenista mais antiga do Brasil, sempre atuou em trabalhos de base a partir de metodologias participativas onde a intervenção indigenista é entendida como ação política e pedagógica em que os povos indígenas são considerados como sujeitos nos processos. Contribuiu nestes mais de 50 anos com a demarcação de cerca de 13 milhões de hectares de terras indígenas e com a estruturação das diretrizes para uma política de educação e saúde indígenas no Brasil. Ao se dedicar ao apoio direto aos povos indígenas, colabora para a valorização e o fortalecimento de seus modos de organização social, expressão cultural e patrimônios material e imaterial.

Cabe também destacar que a OPAN foi reconhecida pela Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso em 2001 pela luta em favor dos povos indígenas e, em 2018, pela sua atuação na defesa dos direitos humanos. Em 2006 recebeu o

Prêmio Chico Mendes, concedido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), na categoria organização não-governamental pela atuação marcante na Amazônia brasileira e por ter contribuído, de forma notável, para o aumento da participação de populações indígenas nas decisões que afetam seus modos de vida. No ano de 2015, também pelo MMA, foi reconhecida pelo seu apoio ao manejo sustentável de pirarucu do povo Paumari (AM), como forma de fortalecimento de seus processos de gestão territorial, através do Prêmio Nacional da Biodiversidade.

Sediada em Cuiabá e com escritórios locais em Brasnorte e Nova Xavantina (MT), Lábrea, Caruarari e Manaus (AM), abrange projetos nas bacias dos rios Juruena, Araguaia, Purus, Juruá e Solimões, totalizando uma extensão de cerca de cinco milhões de hectares de terras indígenas. Opera em uma estrutura colegiada com fluxo horizontal entre equipes, coordenação de programas regionais, setor de comunicação, setor administrativo-financeiro, coordenação executiva e diretoria, sendo a Assembleia Geral de membros sua instância soberana. Seus principais parceiros institucionais são a Embaixada da Noruega, Misereor, Petrobras, Manos Unidas e Fundo Amazônia.

Os projetos executados passam por dinâmicas de avaliação permanente e são redimensionados e/ou idealizados e executados sempre em processos que se constroem coletivamente e em larga medida a partir das demandas dos próprios beneficiários. Sendo assim, as principais estratégias institucionais estão centradas no modo como se realizam as atividades, sempre operando por meio do diálogo intercultural (formação recíproca de indígenas e indigenistas), seja para uma formação técnica ou política e buscando situá-las em tempos e espaços adequados à rotina das pessoas e das aldeias.

Desta forma, todo o trabalho de facilitar a elaboração de planos de gestão se constrói através desse diálogo intercultural buscando, de um lado, espaços/tempos e dinâmicas de interação e, de outro, convergências possíveis entre os modelos da visão de mundo de cada sociedade indígena e as possibilidades de conservação dos recursos naturais perante os impasses ecológicos que vivem as terras indígenas.

Importa ressaltar também, neste aspecto, que as atividades procuram se orientar pelas espécies de importância de uso e manejo para cada um desses povos, introduzindo novos cultivares quando é de interesse das comunidades e sempre respeitando a lógica dos ordenamentos territoriais definidos pelos indígenas na

configuração de suas paisagens culturais, a partir de seus próprios entendimentos.

A construção dos planos de gestão integram dessa forma componentes técnicos (etnomapeamentos, etnozoneamentos e diagnósticos para planejamento da gestão dos recursos naturais, calendários, monitoramentos, processos de transmissão de conhecimento nativos entre gerações etc.) e componentes políticos, de tomada de decisões, promoção de acordos, diálogos com o entorno e coparticipação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e dos órgãos públicos, favorecendo processos de reflexão, análises e deliberações.

O apoio às mobilizações comunitárias para solução de problemas, a participação em eventos e intercâmbios são estratégias utilizadas historicamente pela OPAN e têm se demonstrado bem-sucedidas na ampliação dos referenciais dos povos que têm acesso a experiências estabelecidas em outras regiões. Os intercâmbios, o encontro com outros povos e atores sociais ensinam pela interação em trocas e diálogos que geram reflexão crítica e operam como estímulo, fortalecendo a posição de sujeitos nos pleitos indígenas.

Seguindo sua trajetória histórica, a OPAN atua na valorização do sistema tradicional buscando compreender – observando e estudando – os mecanismos tradicionais da organização social e política, respeitando os processos de tomada de decisões e reconhecendo a participação das lideranças tradicionais tentando alcançar o maior envolvimento da comunidade tanto nos processos em curso como nas instâncias decisórias.

Vivem hoje no estado de Mato Grosso 43 povos em 80 TIs localizadas em 42 dos 141 municípios do estado. Desses, a OPAN atua por meio do projeto “Irehi: cuidando dos territórios”, com três dessas etnias: Myky, Manoki, Nambikwara e Xavante.

Os povos Myky e Manoki conformavam uma única sociedade populosa com uma mesma filiação linguística (língua isolada) e sociocultural, ainda que identificadas de modos distintos entre si (dialetos, domínios territoriais e técnicos particulares). Contudo, e apesar de distribuídos em diversas aldeias ao longo de uma vasta porção territorial e regidos por *ethos* específicos, os Myky e os Manoki compartilhavam, e compartilham ainda hoje, uma mesma cosmovisão, mantendo de modo estreito relações econômicas fundamentadas por laços de parentesco/ trocas matrimoniais e práticas rituais.

Os **Manoki** vivem às margens do rio Cravari, num ambiente de Cerrado, envolvidos por latifúndios que, em grande parte, são ocupados por plantações de soja e outros grãos. Sua população, de aproximadamente 460 indivíduos, está distribuída em oito aldeias. Parte de seu território encontra-se em fase de regularização pela Funai.

Com a demarcação de porção de seu território de ocupação tradicional, a TI Manoki passou a abranger uma área de 251 mil hectares. Os recursos mensais das famílias provêm de diversas fontes: aposentadorias, Bolsa Família, empregos por meio de contratos com órgãos públicos, venda de artesanato indígena, de produtos de extrativismo (essencialmente pequi), de mel, trabalho informal nas fazendas da região, entre outros. As roças, a coleta de frutos e sementes, a pesca, a caça e a criação de animais incrementam a economia de subsistência do povo.

Os Manoki possuem duas associações (Watoholi e Pyta) com experiência na gestão de recursos do ICMS Ecológico do município de Brasnorte, recursos do Ponto de Cultura via repasse do então Ministério da Cultura (MIC), às secretarias estaduais de cultura, valores de parcerias agrícolas com fazendeiros locais para a monocultura e, mais recentemente, recursos provenientes da compensação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Bocaiuva.

O povo **Myky** vive em um território homologado de 47 mil hectares na margem direita do rio Papagaio, um dos principais afluentes do rio Juruena. Tendo sido contatados em 1971 (quando eram apenas 23 pessoas) pela Missão Anchieta (Jesuíta), mantem, desde então, um crescimento demográfico em ascensão. Atualmente, 70% da comunidade Myky é constituída por jovens, numa população total de 128 pessoas que moram em uma única aldeia – Japuíra.

Os Myky mantêm suas práticas de cultivo tradicionais de grandes roças rituais e familiares de milho, mandioca, batata, cará branco e roxo, amendoim, algodão, cana e várias espécies de feijão. Também praticam o extrativismo sustentado da castanha-do-brasil, caju do mato, tucum, pequi, buriti e bacaba, entre outras frutas silvestres. São diversos os rituais praticados por eles – todos associados à produção (distribuição e consumo) do alimento e da sociabilidade.

Realizam os ritos relativos à pesca, caça e plantio e os ritos de passagem (iniciação masculina e feminina, casamento, nascimento e morte). Podemos destacar a iniciação masculina referenciada a partir de *Jeta* – cultivo/colheita de milho – e o

ritual *Jacuri*, de ocorrência nos encontros interaldeias após os torneios de jogo de bola de cabeça, quando se reúnem homens, mulheres e crianças, com abundância de alimentos, predominantemente caça, beiju e chicha (bebida fermentada à base de mandioca, milho ou outros).

O ritual de *Jeta* é extremamente complexo e integra simbolicamente as dimensões cósmica e social dos Myky, revelando os aprendizados da manutenção da ordem social, observando os tabus, as obrigações rituais e produtivas associadas à reprodução social. Historicamente também, em seu modelo de habitação permanente, os acampamentos sempre integraram o seu estilo de vida.

Os Xavante são um povo indígena pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Jê e se auto denominam *A'uwe*. Vivem hoje no leste do estado de Mato Grosso, na porção ocidental do planalto brasileiro, em uma região de campos cerrados, compreendida entre o rio Araguaia e a Serra do Roncador, que atravessa esse estado de norte a sul.

Habitantes de uma região que contempla as bacias hidrográficas do Araguaia e do Xingu, os **Xavante da TI Marãiwatsédé** são atualmente 960 pessoas distribuídas em oito aldeias. Este é o único grupo Xavante que contempla em sua base cultural informações da região de transição do Cerrado para a Floresta Amazônica, resultando num acúmulo de conhecimento sobre importantes espécies vegetais presentes nos ecótonos dessa transição. Trata-se de espécies utilizadas tanto para a alimentação como para outras práticas culturais.

Em 1961, no auge da invasão de suas terras, foi implantada a Fazenda Suiá-Missu, facilitada por meio de benefícios fiscais da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em pleno território de Marãiwatsédé. Sendo a primeira propriedade escriturada da região, essa fazenda chegou a ter 1.000.000 de hectares à custa da expulsão dos indígenas e de pequenos posseiros que não tinham o título da terra, mas que a ocupavam historicamente.

Em agosto de 1966, os remanescentes de Marãiwatsédé, 263 indivíduos, foram transferidos compulsoriamente para o território onde hoje é a TI São Marcos, onde viviam outros Xavante, com o apoio de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Missão Salesiana de São Marcos.

Após 26 anos de peregrinação por terras alheias, os sobreviventes de Marãiwatsédé conseguiram que os estudos para delimitação de sua terra de ocu-

pação histórica fossem iniciados em 1992. A demarcação somente foi homologada no dia 11 de dezembro de 1998, sendo oficialmente criada a Terra Indígena Marãiwatsédé, com 165,2 mil hectares, estendendo-se pelos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, no leste do estado de Mato Grosso. Entre 1992 e 1998, porém, ocorreu uma invasão do território demarcado por pequenos posseiros e fazendeiros dificultando a volta dos Xavante.

Inicialmente os Xavante ficaram acampados nas margens da BR 158 durante 10 meses, de novembro de 2003 a agosto de 2004, num alto clima de tensão em que, devido à inexistência de saneamento, as condições de saúde do grupo eram péssimas: 14 pessoas foram hospitalizadas em estado grave, quatro crianças faleceram em duas semanas. Em agosto de 2004, com respaldo judicial, os Xavantes de Marãiwatsédé finalmente puderam entrar na fazenda Karu que se encontrava dentro dos limites da área demarcada.

Em 2012, sempre respaldados por decisões judiciais e contando com o apoio do Ministério Público Federal, Funai, Ministério da Justiça e outros, houve o cumprimento da decisão judicial para retirada dos ocupantes ilegais que permaneciam em Marãiwatsédé. A luta do povo Xavante ganhou força e a desintrusão foi efetivada e concluída oficialmente em 27 de janeiro de 2013.

Apesar dessa vitória, o povo Xavante se vê hoje diante do desafio de recuperar seu território, superando as limitações impostas pelo alto grau de devastação da área, viabilizando as condições necessárias (incluindo as de segurança) com o estabelecimento de novos núcleos habitacionais (quatro, das oito aldeias são novas), e realizando ações que minimizem as chances de ocorrerem novas invasões em sua terra.

PARTE I

A OPAN, os povos indígenas e a PNGATI em Mato Grosso



*Acampamento dos Xavante na BR 158
Foto: Edson Beiriz/Funai*



*Barracas já dentro
da TI Marãiwatsédé
Foto: Edson Beiriz/Funai*



*Crianças Xavante em 2012 no dia de comemoração da
desintrusão da TI Marãiwatsédé
Foto: Sayonara Silva/OPAN*

O território tradicional **Nambikwara** se estende desde o oeste do estado de Mato Grosso, até o sul de Rondônia, entre as cabeceiras dos rios Juruena e Guaporé. Atualmente seu território está dividido em nove terras indígenas não contínuas, em um mosaico com outras terras indígenas em meio ao complexo de produção de grãos, algodão e da pecuária. Elas são consideradas ilhas de biodiversidade e, no seu conjunto, como corredores ecológicos que garantem a conservação dos recursos hídricos para a região. São elas: Vale do Guaporé, Pirineus de Souza, Nambiquara, Lagoa dos Brincos, Taihãntesu, Pequizal, Sararé, Tirecatinga e Tubarão-Latundê.

Desde 2011 a OPAN passou a atuar novamente nas terras indígenas Tirecatinga e Pirineus de Souza, desenvolvendo ações de apoio à produção de alimentos por meio do fortalecimento das práticas agrícolas tradicionais em diálogo com

ABRANGÊNCIA DA ATUAÇÃO DA OPAN NO PROJETO IREHI

| <i>POVO INDÍGENA</i> | <i>MUNICÍPIO (MT)</i> | <i>TERRA INDÍGENA</i> |
|----------------------|---|-------------------------------|
| <i>Myky</i> | <i>Brasnorte</i> | <i>TI Menkü</i> |
| <i>Manoki</i> | <i>Brasnorte</i> | <i>TI Irantxe</i> |
| | | <i>TI Manoki</i> |
| <i>Nambikwara</i> | <i>Comodoro</i> | <i>TI Pirineus de Souza</i> |
| <i>Xavante</i> | <i>São Felix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia e Alto da Boa Vista</i> | <i>TI Marãiwatsédé</i> |
| <i>Quatro povos</i> | <i>Cinco municípios</i> | <i>Cinco terras indígenas</i> |

novas técnicas, especialmente a implementação de sistemas agroflorestais (SAFs), contribuindo para a biodiversidade dos quintais das casas nessas TIs.

A TI Pirineus de Souza está localizada no extremo oeste de Mato Grosso, no município de Comodoro. Tem uma extensão de 28,1 mil hectares de terra inseridos numa área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica. Os Nambikwara de Pirineus de Souza são divididos em subgrupos distribuídos em sete pequenas aldeias somando um total de 311 pessoas. São falantes de uma língua pertencente à família linguística Nambikwara.

Desta forma, esta publicação procura dar mais um passo para demonstrar a importância da continuidade do percurso de validação e da construção dessa política pública que é o resultado de um longo caminho percorrido pelos povos indígenas e a sociedade civil.

(BACIAS DOS RIOS JURUENA E ARAGUAIA)

| | SITUAÇÃO FUNDIÁRIA | POPULAÇÃO | EXTENSÃO (ha) |
|--|--|-----------------|----------------|
| | <i>Homologada (há outra área em identificação)</i> | 128 | 47 mil |
| | <i>Homologada</i> | 460 | 46 mil |
| | <i>Demarcada</i> | | 206 mil |
| | <i>Homologada</i> | 311 | 28.212 mil |
| | <i>Homologada</i> | 960 | 165.241 mil |
| | — | 1.859 indígenas | 520.482 mil ha |



Floresta de buritis na bacia do Araguaia
Foto: Liebe Lima/OPAN



*Tucano no município de
São Félix do Araguaia
Foto: Liebe Lima/OPAN*



Rio das Mortes, afluente do Araguaia
Foto: Liebe Lima/OPAN



PNGATI: diretrizes básicas da política

Entendendo a “Amazônia como uma fronteira mundial” (MENEZES:2002:201), importa primeiro alertar que a noção de gestão territorial emerge tanto como evento associado ao ideário da soberania nacional, que descreve o processo de instauração da hegemonia do Estado-nação com suas formas de territorialidade e a imposição de sua racionalidade espacial, tanto quanto mais recentemente se vincula ao ideário de uma economia globalizada e liberal.

Há nesse sentido histórico mais amplo uma visão bastante crítica dos autores que estudam a temática das territorialidades no que diz respeito à concepção da noção de gestão territorial. Contudo, para o contexto dos povos indígenas, gestão territorial representa um processo de lutas que desemboca numa política de Estado que deve reconhecer as especificidades dos modos de vida indígenas, produzindo efeitos concretos no âmbito jurídico: validação de seus direitos como povo – indissociável da terra que imemorialmente habitam.

Deste ponto de vista, o que está em jogo é perceber que a gestão territorial em terras indígenas se interpõe ao sentido unívoco projetado pelo histórico hegemônico dos estados-nações, ampliando e pluralizando essa perspectiva através da compreensão de que os espaços são constituídos por múltiplas historicidades.

Dessa forma, Little (2004:279) afirma que a questão territorial “não se deixa levar pela lógica estatista do mundo moderno, mas reclama por outra lógica, que respeite a diferença e o exercício pleno dos direitos dos povos tradicionais. Para esses grupos, que mantiveram seus territórios sociais durante longo tempo sem o apoio do governo (ou apesar dele), a problemática do ordenamento territorial é uma questão de defesa de seus territórios históricos”.

O autor utiliza o conceito de cosmografia para elucidar a relação que um grupo social mantém com seu território que, por meio do conjunto de saberes e ideologias socialmente instituídas, incluindo seu regime de propriedade, os

vínculos afetivos e a memória coletiva de seu uso social de ocupação, definem também as formas de defendê-lo.

Quando se fala em vigilância e ordenamento territorial pela lógica estatal, Little (2004) explica que são sempre pensados a partir de uma racionalidade militar e/ou de segurança. No caso da lógica estatal essa cosmografia se pauta por uma ótica autoritária e centralizadora.

O cuidado dos povos indígenas e tradicionais com a terra é uma marca de suas formas de viver e se relacionar com seus territórios. Tais populações sempre praticaram a gestão a partir de seus saberes e práticas, através de seus ritos, mitos e técnicas, ordenando os espaços e transmitindo seus conhecimentos de geração em geração.

Essa transmissão, ao longo de muitas gerações, nunca pôs em risco a reprodução de suas formas de existência, posto que o controle do manejo e uso dos recursos se orienta por uma lógica de reciprocidade que impede o esgotamento das fontes e matrizes que garantem seus modos de vida e que possibilitaram a sua resistência como povo por meio dessa memória coletiva e de suas práticas de ordenamento, ocupação e produção do território.

A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa em uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (Little, 1994:265).

Ciente e testemunha de meio século dessa capacidade de resistência dos povos indígenas, a OPAN procurou apoiar a proposição dos planos de gestão dos povos com os quais trabalha no sentido de facilitar o registro dessas formas de concep-

ção, uso e ocupação das terras indígenas na intenção de favorecer o diálogo com a racionalidade estatal, assegurando direitos também no âmbito das políticas públicas territoriais, assim como havia feito nas décadas anteriores no tocante às políticas de demarcação, vigilância, saúde, educação escolar indígena e apoio às economias.

Little (2004:280) comenta que nas duas últimas décadas, tanto no Direito quanto na Antropologia, tem se utilizado internacionalmente da noção de “plu-

| <i>ANO</i> | <i>MARCOS HISTÓRICOS</i> |
|--|--|
| <i>1988</i> | <i>Constituição Federal</i> |
| <i>1994 (Decreto 1.141)</i> | <i>Nova competência Funai</i> |
| <i>1992 / 1995 / 2001</i> | <i>PPG7/ PPTAL / PDPI</i> |
| <i>2003 / 2004 (Portaria Interministerial n°325)</i> | <i>GEF / GEF Indígena</i> |
| <i>1989/2004</i> | <i>Convenção 169/OIT</i> |
| <i>2006 (Decreto 5.758)</i> | <i>CNPI</i> |
| <i>2006</i> | <i>PNAP</i> |
| <i>2007</i> | <i>Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas</i> |
| <i>2008 (Portaria n° 276)</i> | <i>GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) – composição paritária</i> |
| <i>2009 (Portaria interministerial n°434)</i> | <i>GTI</i> |
| <i>2009 / 2010</i> | <i>Consultas regionais</i> |
| <i>2012 (Decreto 7.747)</i> | <i>PNGATI</i> |

ralismo legal” de forma crescente, expressando a preocupação pelo respeito por parte dos Estados-nação notavelmente em relação a questões fundiárias e territoriais, assim como aos direitos diferenciados dos povos indígenas e/ou tradicionais.

Deste processo histórico e destas revisões jurídicas, políticas e conceituais emerge a construção das diretrizes da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas. Vejamos a seguir um quadro de antecedentes da PNGATI.

| | |
|--|---|
| | <i>ATRIBUTOS</i> |
| | <i>Artigos 225 e 231/232</i> |
| | <i>Responsável pela coordenação de ações interministeriais compartilhadas na política indigenista</i> |
| | <i>Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil / Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal / Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI)</i> |
| | <i>Fundo para o Meio Ambiente Global</i> |
| | <i>Adotada em Genebra em 1989 e ratificada no Brasil em 19 de abril de 2004</i> |
| | <i>Comissão Nacional de Política Indigenista</i> |
| | <i>Plano Nacional de Áreas Protegidas</i> |
| | <i>Organização das Nações Unidas (ONU)</i> |
| | <i>Diretrizes que asseguraram a participação indígena no processo de construção da PNGATI. Vinculado à CNPI, constitui-se pelas experiências do PPG7/PDPI/GEF. Plano de trabalho aprovado pelo GEF e ONU em 2009.</i> |
| | <i>Revoga a anterior (nº276) e redefine as diretrizes, a composição do GTI e nomeia seus membros</i> |
| | <i>Fase das consultas regionais realizadas em quatro regiões do país (sul/sudeste; nordeste, centro-oeste e norte) com a participação de aproximadamente 1.300 indígenas representantes de 186 povos</i> |
| | <i>Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas</i> |

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) foi a primeira iniciativa global a unir o governo brasileiro, a sociedade civil e a comunidade internacional para a conservação da natureza e a promoção de alternativas sustentáveis de manejo dos recursos naturais da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica. Segundo dados da Funai, foram vinte e seis grandes projetos financiados com doações dos países do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), Comunidade Europeia e Holanda, incluindo contrapartidas do governo brasileiro e da sociedade civil.

O programa foi coordenado pelo MMA tendo como parceiros na execução os ministérios da Justiça e da Ciência e Tecnologia, Funai, os governos estaduais da Amazônia Legal, ministérios públicos e organizações não-governamentais.

O Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) e o Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI) integraram essa iniciativa com ações voltadas aos povos e terras indígenas, dando início aos processos que, através da participação direta dos indígenas ao longo de 20 anos, permitiram a construção gradativa dessa Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, a PNGATI. Já naquele momento, início da década de 1990, havia investimentos em ações de vigilância, fiscalização, formação para a gestão ambiental e o fortalecimento das organizações indígenas. Com um projeto específico de fortalecimento institucional, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), criada em 1989, passou com este apoio de 11 para mais de 20 entidades indígenas filiadas.

O fomento à participação efetiva dos indígenas nas experiências de vigilância e proteção territorial e nas atividades econômicas sustentáveis e de valorização cultural foi determinante para garantir um diálogo direto e contínuo entre esses povos e o governo, numa ação tanto para o reconhecimento das ações dos indígenas para proteção dos recursos naturais, quanto para perceber a importância da sua participação direta na elaboração dos caminhos que estavam sendo construídos.

Assim, os indígenas atuaram em todas as fases do projeto como sujeitos das ações. Uma comissão paritária deliberativa (CPD), formada por indígenas e representantes do governo brasileiro (Funai, Ministério da Justiça e MMA) participava da instância máxima de fiscalização e decisão do projeto, garantindo a

presença indígena desde a fase do planejamento até a avaliação de seus resultados. Já nas terras indígenas, as comunidades foram estimuladas a participar de todas as ações desenvolvidas.

A mesma lógica foi adotada na construção das diretrizes da PNGATI, que levou em consideração as discussões das consultas regionais – Nordeste/Recife (PE); Sul/Curitiba (PR); Sudeste/Campo Grande (MS); Norte/Manaus (AM); Centro-Oeste/Cuiabá (MT), contando com a participação, organização e representação direta de 186 povos e aproximadamente 1300 indígenas nas definições e deliberações que instituiriam essa nova política nacional.

Dessa forma, a PNGATI valida todos esses processos coletivos construídos desde 1992 até sua instituição em 2012. Mas esta política depende de articulações interministeriais, arranjos institucionais e instrumentos de implementação permanentes para concretizar os objetivos previstos em seu escopo legal.

Nos últimos anos, a OPAN, por meio do projeto “Irehi: cuidando dos territórios”, com apoio do Fundo Amazônia, se propôs a adentrar a fase de implementação de ações acordadas nos planos de gestão territorial elaborados pelos povos indígenas Manoki, Myky, Nambikwara de Pirineus de Souza e Xavante de Marãiwatsédé. As atividades realizadas se alinham tanto com a PNGATI, quanto com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de produtos da Sociobiodiversidade, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Este alinhamento ocorre, ainda, pelo fato de se propor investir em atividades econômicas e produtivas baseadas no uso sustentável da floresta e da biodiversidade, por propor um forte investimento no aumento da proteção territorial e ambiental das terras indígenas por meio de vigilância e monitoramento, e, ao mesmo tempo, valorizando o papel das mulheres indígenas no uso sustentável dos recursos naturais e a garantia de segurança alimentar, assim como o papel dos jovens para o futuro dos territórios. Portanto, este percurso configura um conjunto de ações articuladas que criam sinergias com diversas diretrizes das políticas públicas citadas.



Aldeia Marãiwatsédé, TI Marãiwatsédé
Foto: Giovanni Vera/OPAN





*Interior de casa na TI Pirineus de Souza
Foto: Henrique Santian/OPAN*

Casa tradicional Manoki
Foto: Henrique Santian/OPAN





*Banho de rio na TI Menkü
Foto: Henrique Santian/OPAN*



Cenário socioambiental em Mato Grosso: principais desafios

O desafio de Mato Grosso é imenso e reflete em suas particularidades o desafio global do século XXI em conciliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social mediante práticas de desenvolvimento sustentável.

A história divulgada e mais conhecida de Mato Grosso é sempre contada a partir das frentes de expansão que se intensificaram na segunda metade do século XX, pouco depois da abertura das rodovias e do *boom* do gado na região, incentivados pelos grandes projetos econômicos levados a cabo após a instauração do regime militar.

A partir daí altera-se, mais uma vez violentamente, a ordem agrária e comunitária secularmente instalada em todo o território mato-grossense, consolidando as intenções da Era Vargas com a “marcha para o oeste” no final da década de 1930.

A Marcha para o Oeste esteve centrada nos estados de Goiás e Mato Grosso, após os ciclos da poaia e da borracha, incentivando o povoamento massivo dessa região através da construção das primeiras grandes estradas amazônicas: Cuiabá/Porto Velho, Belém/Brasília, Transamazônica e Cuiabá/Santarém, que davam acesso à vasta região norte para colonos, comerciantes, fazendeiros, garimpeiros e grandes empresas procedentes de outras regiões do Brasil.

A expansão em direção ao norte avançou por meio da criação da Zona Franca de Manaus, da construção das hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel e do estabelecimento do projeto de mineração Grande Carajás, produzindo novas frentes de expansão. Em Mato Grosso, antes tradicionalmente ocupado por pantaneiros, pescadores, indígenas e comunidades negras rurais, acirraram-se os conflitos agrários e a alteração irreversível de suas paisagens pela implantação de políticas e programas governamentais de caráter extrativista intenso (madeira e minérios – especialmente ouro e diamante) e posteriormente da indústria pecuária e de commodities agrícolas.

A consolidação da região como fronteira agrícola, pecuária e extrativista descreve um modelo de ocupação caracterizado pelo alto impacto ambiental negativo que promove, sendo responsável por altos índices de desmatamento, poluição das águas pelo uso indiscriminado de insumos agrícolas, pelo assoreamento das cabeceiras, além das queimadas, pesca e tráfico ilegal de espécies animais.

Esses processos desordenados de ocupação que envolvem assentamentos associados a projetos de implantação de estradas, hidrovias e hidrelétricas, drenagem e desvio de rios, revelam, em síntese, a descrição da realidade do entorno das terras indígenas, configurando um quadro de ameaças mais amplo e de exposição diária.

Nesse contexto, a dificuldade de ordenação territorial é tão grande quanto a dificuldade de regulação e controle. As consequências são problemáticas não apenas no cenário ambiental, mas também social e econômico, em razão do crescimento da especulação fundiária, ameaças, grilagem e cerco indevido, configurando violentos processos de expropriação, esbulho e dolo.

Essa violência se impõe diretamente pela dificuldade do acesso aos recursos imprescindíveis à continuidade da reprodução física e social de toda uma população heterogênea de lavradores, comunidades tradicionais, migrantes e povos indígenas que ficam à margem da ação e proteção estatal, quando não são o alvo direto da força de expropriação do próprio Estado brasileiro.

O bloqueio ao acesso se dá basicamente de duas formas: pela barreira física – o cerco – e pela degradação ambiental acelerada, notória na contaminação do solo e da água. A maior parte dos córregos, açudes, pirizais estão com sua vazão extremamente diminuída em relação ao que já foram, em virtude do desmatamento das cabeceiras e matas ciliares e da instalação desordenada de empreendimentos hidrelétricos, comprometendo diretamente a qualidade de vida das famílias que resistem em suas terras permanentemente ameaçadas.

É curioso que a capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá (que era conhecida no século XX como Cidade Verde), ao completar seus 300 anos, adotou como slogan a frase “Bem Vindos à Capital do Pantanal e do Agronegócio Brasileiro”. As estatísticas apresentadas para justificar esse novo título, eram bastante seletivas e desfilavam números de toneladas de grãos, rebanhos e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas ocultavam as estatísticas de desmatamento, internações e mortes por contaminação agroquímica, tráfico de pedras preciosas, animais e biopirataria, madeiras nobres e drogas.

Não se anunciava também a agonizante situação do Pantanal em relação aos seus mananciais de água, sua baixa de estoque pesqueiro e a situação de abandono completo das famílias e comunidades pantaneiras e quilombolas que ali residem. Em 2012, por exemplo, veio à tona na grande mídia o que a própria imprensa rural especializada denominou de “o maior escândalo do agronegócio do país”: o caso Boi Gordo.

Diz a matéria veiculada em fevereiro de 2012 pela edição 88 do “Dinheiro Rural”:

Estão à venda em Mato Grosso 246,2 mil hectares de terras, uma área equivalente à metade do Distrito Federal. As terras espalhadas pelos municípios de Salto do Céu, Barra do Bugres, Chapada dos Guimarães, Lambari d’Oeste, Porto Esperidião, Nova Bandeirantes e Comodoro pertencem a fazendas de gado que integram a massa falida da Fazendas Reunidas Boi Gordo, empresa que quebrou no início dos anos 2000 e deixou na praça uma dívida de R\$ 2,5 bilhões em valores atualizados.

FOLHA DE SÃO PAULO

24/11/2011 - 15h31

Novo leilão de fazendas da falida Boi Gordo arrecada R\$ 26,5 mi

(...) Fundada em 1988, a Boi Gordo oferecia a investidores aplicação em animais que, depois de engordados e vendidos, renderiam lucros de até 42% no período de 18 meses – muito acima de outros investimentos na época.

A empresa teve seu pico de sucesso no final dos anos 1990, quando os investimentos em boi eram divulgados em horário nobre, nos intervalos da novela global “O Rei do Gado”.

O problema é que a empresa passou a operar em esquema de pirâmide, em que os últimos investidores remuneravam os primeiros. Quando quebrou, o grupo tinha no pasto 10% de cabeças de gado que deveria ter na proporção de dinheiro recebido.

O dinheiro arrecadado com os leilões judiciais deve ser usado, primeiro, para pagamento de dívidas trabalhistas e fiscais. Só depois os investidores devem começar a ter de volta parte do que aplicaram.

As quatro fazendas já leiloadas fazem parte de um pacote de 14 propriedades da falida Boi Gordo – outras fazendas devem ir a leilão em 2012.



Lavagem de roupa no rio Quilombo, distrito de Chapada, 1827 (Adrien Taunay).

Fonte: KOMISSAROV, B., Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829.

Essa é a historiografia recente de Mato Grosso. De um lado contada por seus colonizadores, de outro, por seus registros históricos e de outro, ainda, por seus povos autóctones. Mas os historiadores em Mato Grosso cada vez mais estudam e descortinam outros períodos históricos e têm adensado a análise de registros referentes ao século XIX.

A ideia do centro-oeste como celeiro do mundo não nasce à toa e muito menos a partir da narrativa do “agro é tudo”. Nasce das primeiras análises do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da década de 1930 sobre os dados e registros, muitos ainda hoje por serem sistematizados, relativos ao século XIX.

Ao final da década de 1830 a província de Mato Grosso possuía duas Comarcas, quatro Termos ou Municípios, sendo eles: de Cuiabá, Diamantino, Poconé e Mato Grosso. Cada Termo estava dividido em distritos, 36 totalizando ao todo treze em todo o território, (...) Ainda com relação à população livre, ela era, em sua maioria, mestiça. Os dados da tabela anterior mostram que mais da metade da população livre era de mestiços, totalizando aproximadamente 58,5%, enquanto os brancos correspondiam a 21%, seguidos pelos pretos (as), 16%, e indígenas 4,5%. Até mesmo entre a população cativa existia a presença de mestiços. Somado o número de pardos (as) e pretos (as) livres e escravos, verifica-se que a população de Mato Grosso era, em sua maioria, de tez escura ou mestiça, totalizava respectivamente 14.004 e 14.319 pessoas (SENA, 2010:28).

Trabalhadores de ofício, monçoeiros, militares, libertos, indígenas e todo tipo de pessoas (...) são os personagens que deram início à formação de um grupo complexo de homens e mulheres que não eram senhores nem escravos, mas que estavam na condição de livres e pobres. (SENA, 2010:63,64)



Distrito de Chapada, 1827 (Adrien Taunay).

Fonte: KOMISSAROV, B., Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829.



Figura de um arriero de tropa em viagem por terra do Rio de Janeiro a Cuiabá e Mato Grosso. Museu Bocage.

Fonte: ANAIS DE VILA BELA: 1734-1789.



Vista da Vila de Guimarães, 1827 (Adrien Taunay).

Fonte: KOMISSAROV, B., Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829.

Imagens disponíveis na dissertação "Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)", de Divino Marcos de Sena (UFGD)

Com o declínio da rota mercantil decorrente do esgotamento das lavras de mineração e a transferência da capital de Mato Grosso para Cuiabá em 1835, de acordo com a análise dos historiadores de Mato Grosso sobre a documentação da época, houve diferentemente do que se imaginava, não uma decadência das vilas e povoados, mas, ao contrário, um impulso na produção agrícola, consolidando a formação das pequenas comunidades baseadas na agricultura de subsistência e na diversificação das atividades produtivas para abastecimento das províncias e da nova capital, Cuiabá (Senhor Bom Jesus de Cuiabá – 1723 –, Vila Real do Bom Senhor Jesus de Cuiabá – 1727).

Diferentemente da imagem de declínio, abandono, isolamento e decadência, a memória coletiva aponta para o orgulho de um passado onde floresceu o **celeiro de Cuiabá**, feito de homens nativos desta terra após libertos dos tempos de cativo.

A quantidade de terras cultivadas e a grande movimentação de pessoas e fluxos de mercadorias em torno de Poconé e Cuiabá, demonstram o contrário do isolamento a que estão submetidos hoje. O passado estava marcado por forte densidade demográfica e pela diversificação das atividades produtivas.

Segundo Criveleto (2003), São Pedro D’El Rey (Poconé), juntamente com Diamantino, Cocais (Nossa Senhora do Livramento), Rosário e Chapada dos Guimarães, fazia parte de um “núcleo decisório da Capitânia” onde se concentrava o poder econômico e social, demonstrando por meio da sistematização minuciosa de dados quantitativos em diversas tabelas que os produtos das lavouras, das fábricas de açúcar e aguardente representavam a moeda forte no período do declínio do ouro e crescimento e expansão das zonas de agricultura e pecuária, nos apresentando o que ela denomina como um “Mato Grosso desconhecido”.

Essa economia aquecida local/regional é ainda verificada pela constatação dos dados apresentados pela autora, na predominância de engenhos de médio porte e não pela configuração de grandes latifúndios. Já em 1798, São Pedro D’El Rey possuía dois engenhos e dois monjolos de farinha.

Em 1818 São Pedro D’El Rey já liderava o número de fazendas (contabilizando 31), o maior número de capelas filiais (quatro), duas lojas de fazenda seca, duas vendas, dezoito sapateiros, nove alfaiates, dez carpinteiros, cinco pedreiros, doze ferreiros, cinco lavras de ouro, dezoito engenhos e uma densidade demográfica que contabilizava o total de 2762 pessoas, perdendo apenas para Cuiabá (5457) e



*Desmatamento na
região do Araguaia
Foto: Giovanni Vera/OPAN*

os arredores Rio Acima e de Cocais (3295), numa configuração formada majoritariamente de homens livres e mestiços, descendentes em sua grande maioria dos cativos de outrora. (Idem, *Ibidem*:142 - Quadro 1).

Rosa; Canova; Martins (1993:40,41), também atestam quantitativamente, no mesmo período do século XIX, o predomínio da lavoura inclusive sobre a criação de animais e dessa sobre a mineração, demonstrando que as benfeitorias tinham maior incidência na lavoura (52%) conforme registro da presença de engenhos, fornalhas, casas de alambique, tendas de açúcar e paiol, armazéns, casas de vivenda, senzalas, canaviais, milharais e laranjais, construções de pau-a-pique; em contrapartida às benfeitorias de criação, currais, ranchos cobertos de telha ou palha (36%).

Mesquita (1933), recorrentemente citado por diversas fontes em decorrência de seus clássicos estudos sobre a baixada cuiabana¹, situa entre 1850 e 1870 um período de apogeu econômico com agricultura, agro manufatura canvieira e cultivo de café na região. Crivelente (2003) afirma também a ideia da diversificação da produção agrícola nas áreas rurais próximas às freguesias do Termo de Cuiabá que, para além da produção canvieira, registra que o abastecimento das províncias era intenso e permanente recebendo feijão, milho, café e mandioca, chegando a denominar a região, de acordo com Mesquita (1933), de “Celeiro de Cuiabá”. Nem a Guerra do Paraguai, deflagrada em 1864, foi suficiente para desmoronar o sólido sistema produtivo estabelecido nesse lugar estratégico, geograficamente, economicamente e politicamente falando até pelo menos a década de 1930.

¹ Atualmente a baixada cuiabana compreende 14 municípios: Poconé, Acorizal, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Jangada, Nova Brasilândia, Campo Verde, Nobres, Planalto da Serra, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande e Cuiabá.

Este é o passado que justifica o título de celeiro a Mato Grosso. No presente, um estudo de pesquisadores da faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), de 2013, afirma que o consumo de frutas, legumes, hortaliças e laticínios em Mato Grosso está estimado em 254 mil toneladas ao ano, sendo que 39% desse volume ou 93.016 toneladas provêm de outros estados brasileiros. Maior dependência local é pelas frutas frescas: 58,4 mil toneladas, o que significa que 53% são importados de outras regiões do país, principalmente São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. (Agrolink, Gazeta digital, 2013)

Contudo, os investimentos em agricultura familiar e na diversificação da produção e de serviços são hoje tímidos. Em anos recentes algo começa a ser feito com recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Cuiabá possui, em pleno século XXI, poucas feiras livres com venda direta de produtores locais e os gestores públicos estão mais interessados em fazer com que a capital seja apenas um centro distribuidor, importando diretamente do Chile e da Argentina. No interior de Mato grosso, as feiras são ainda mais raras e o abastecimento de hortifrúti é caro e de baixa qualidade pela grande distância que percorre e pelos altos custos de transporte.

Como vemos, os desafios são muitos e desenvolvimento e segurança alimentar não tem sido a prioridade da capital do Pantanal e do Agronegócio. O celeiro da baixada cuiabana, a fartura das aldeias indígenas e dos pescadores do rio Cuiabá, Araguaia, Juruena, vai sendo pouco a pouco apagado e sobre suas cinzas cresce a faixa marginal de núcleos urbanos que não percebem suas vocações e aptidões ao serem apartados de seus potenciais e por não conseguirem fazer ouvir a história de seus próprios lugares.

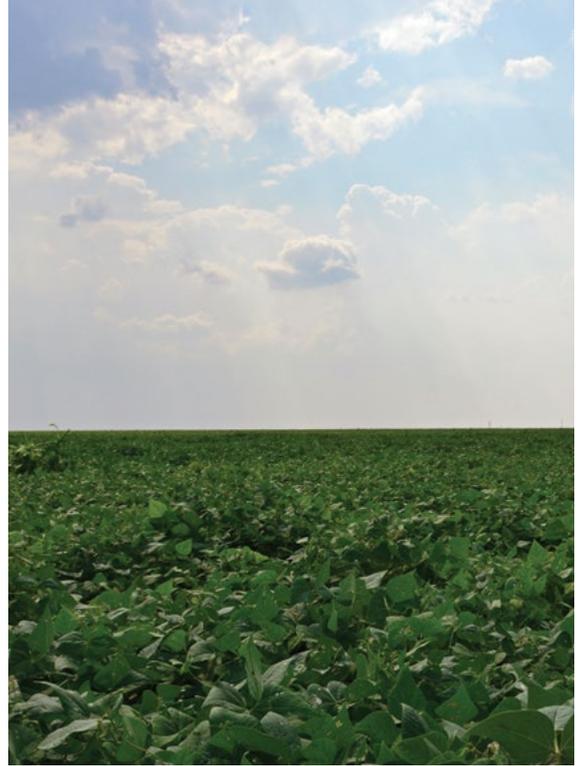
Estamos de acordo com Menezes (2002:221) quando afirma: “O desafio será, portanto, aliar competitividade e regulamentação ambiental, a fim de manter a biodiversidade como patrimônio ecológico-econômico, garantindo a sustentabilidade do desenvolvimento”.

Para cumprir este desafio, o estado e seus municípios precisam se empenhar em produzir novas imagens de si ao se conhecer, se valorizar e principalmente reconhecer o papel fundamental das terras indígenas e dos povos tradicionais que só tem a contribuir com essa construção onde o passado de Mato Grosso tem muito o que nos ensinar.



*Canteiro de obras da Usina Hidrelétrica (UHE) Teles Pires,
no extremo norte de Mato Grosso, divisa com o Pará
Foto: Adriano Gambarini/OPAN*

Soja na bacia do Juruena
Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Lavoura de algodão na bacia do Juruena
Foto: Rinaldo Arruda



*Cacique Manoki observa a barragem da PCH Bocaiúva,
no rio Cravari, a 30 km de sua terra*
Foto: Guilherme Ruffing/OPAN



O trabalho indigenista: caminhos percorridos em Mato Grosso

A OPAN, em sua trajetória indigenista, contribuiu diretamente para a demarcação de 13 milhões de hectares de terras indígenas no estado do Amazonas e três milhões em Mato Grosso. Durante o seu percurso histórico, diversas ações também foram realizadas para que os indígenas tivessem assegurado o direito de pensar e refletir a gestão dos seus territórios no campo da educação, saúde, economia e proteção territorial. Mais recentemente, a partir de 2011, a OPAN se propôs a contribuir diretamente com a implementação da PNGATI junto aos povos indígenas com os quais já mantinha parcerias, projetos e ações em curso.

Estrategicamente, a OPAN considera que o apoio à PNGATI representa contribuições valiosas em meio a este contexto econômico e político conturbado, viabilizando, por meio do fomento ao diálogo entre indígenas e poder público, soluções para os mais diversos desafios, inclusive o da gestão integrada/compartilhada de Unidades de Conservação (UCs) e TIs. Com diversas fontes de financiamentos facilitou seis planos de gestão territorial em TIs de Mato Grosso (além de quatro no Amazonas), conforme sintetizado no quadro abaixo:

| <i>PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL (PGTAs) ELABORADOS EM MATO GROSSO</i> | <i>FINANCIADOR/PATROCINADOR</i> |
|---|--|
| <i>PGTA da TI Manoki</i> | <i>Petrobras • 2013</i> |
| <i>PGTA Myky</i> | <i>Petrobras • 2013</i> |
| <i>PGTA da TI Pirineus de Souza (Nambikwara)</i> | <i>Petrobras • 2013</i> |
| <i>PGTA da TI Tirecatunga (Nambikwara)</i> | <i>Petrobras • 2015</i> |
| <i>PGTA da TI Marãiwatsédé</i> | <i>Fundo Amazônia e Fundo Clima • 2016</i> |
| <i>PGTA Haliti/Paresi (nove TIs do povo Paresi)</i> | <i>TNC • 2018</i> |

Diversas metodologias foram desenvolvidas para facilitar a elaboração dos PGTAs e as experiências da sua implementação. A OPAN publicou nesse percurso algumas experiências metodológicas exitosas: o livro “Jeitos de fazer: metodologia para elaboração de planos de gestão em terras indígenas”, de 2012; “A experiência de gestão territorial e manejo pesqueiro nas terras indígenas Paumari do rio Tapauá”, 2015; “Diagnóstico da Terra Indígena Caititu, estado do Amazonas”, 2013; e “Watoholi: experiência de união em forma de associação”, de 2015, do povo Manoki, com a experiência de implementação do seu plano de gestão por meio de ações em parceria com a associação.

A OPAN considera que pensar o termo gestão territorial requer apreender as diferentes traduções dele, contemplando a cosmovisão dos indígenas e os desafios colocados para a sustentabilidade econômica e proteção de seus territórios. Nesse sentido, de acordo com seus indigenistas, a riqueza de facilitar a elaboração dos planos de gestão territorial está no “processo”. De um lado, pensar que as metodologias não devem ser meramente replicadas e sim adaptadas à realidade cultural e local de cada povo; de outro, que se respeite o calendário indígena com os seus rituais e eventos sazonais.

Pela experiência da OPAN, considera-se que não é possível desenvolver metodologias participativas se não houver um processo de adesão recíproca. Para além dessa via de mão dupla, é necessário equacionar sempre três dimensões: propostas construídas com base nas demandas indígenas, a condução dos processos via diálogo intercultural ampliado junto às mulheres e aos anciões, e, por fim, o respeito ao tempo necessário para a maturação dos processos das propostas apresentadas.

A partir de 2011, com o patrocínio da Petrobras no projeto Berço das Águas, a OPAN facilitou a elaboração e publicação dos planos de gestão territorial Manoki, Myky e Nambikwara da TI Pirineus de Souza, definindo diretrizes e ações para

os seus projetos de futuro. Junto ao povo Xavante da TI Marãiwatsédé, em 2013, iniciou um projeto financiado pelo PDPI com o objetivo de realizar a primeira etapa do PGTA. As atividades realizadas possibilitaram a elaboração de diagnóstico participativo de atividades dos *A'uwe Uptabi*, do calendário sazonal e o do etnomapeamento do território.

Nessas décadas de atuação da OPAN na política indigenista, o eixo terra figurava desde o início como central, juntamente com a saúde no escopo das ações praticadas junto aos povos com quem trabalhava. Assim, a OPAN participou ativamente na década de 90 dos projetos vinculados ao PPG7 no Amazonas e apoiou os processos de gestão territorial indígena desde sempre, destacando-se os processos de autodemarcação vivenciados pelos povos Kulina e Deni no estado do Amazonas. Essa prática não é propriamente uma novidade na tradição indígena. O que mudava eram os contextos de pressão cada vez mais intensos sobre essas sociedades e suas terras de ocupação histórica.

As metodologias participativas desenvolvidas pela OPAN para elaboração dos planos de gestão territorial e ambiental tiveram destaque com a sistematização e publicação do “Jeitos de Fazer”, que se tornou referência nacional em cursos e formações sobre a PNGATI, ministrados por parceiros e pela Funai. Posto que a elaboração desses planos antecede a própria promulgação do decreto que instituiu a PNGATI, muito da implementação das ações propostas nos planos ocorreram de forma concomitante à sua elaboração. Isso foi possível em função da caminhada já sólida compartilhada entre a OPAN e os povos com os quais atua historicamente nos estados do Amazonas e de Mato Grosso.

A partir de 2016, por meio do Fundo Amazônia, o projeto Irehi propõe implementar algumas das ações idealizadas na fase da elaboração dos PGTA dos povos indígenas Manoki, Myky, Nambikwara de Pirineus de Souza e Xavante de Marãiwatsédé que precisavam de aporte de recursos para se concretizar.

Atualmente, os projetos em execução incluem ações com os seguintes focos: 1 - gestão territorial através do apoio às expedições para proteção das terras indígenas por meio de programas de vigilância e monitoramento; 2 - fortalecimento das organizações indígenas através da formação política e apoio aos intercâmbios; 3 - fomento às cadeias de produtos da sociobiodiversidade; 4 - segurança alimentar e realização dos rituais; 5 - geração de renda e desenvolvimento sustentável.

REGIÃO DA BACIA DO RIO JURUENA (MT)

Povo Manoki • Junto a este povo a OPAN vem desenvolvendo há décadas diferentes projetos (com apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário, PDPI, Embaixada da Noruega e Misereor) em parceria com a associação Watoholi com o foco em atividades educacionais, fundiárias, econômicas e de sustentabilidade nas aldeias. As ações tiveram impactos diretos na formação continuada de apicultores indígenas, que constituem uma atividade geradora de renda nas aldeias Manoki, no fortalecimento das roças tradicionais, piscicultura e avicultura, atividades que se apresentam como alternativas ao cotidiano alimentar desse povo.

Além disso, há resultados relevantes na proteção e vigilância do território e em atividades de formação junto à associação, realizadas com intuito de promover a autonomia dos gestores indígenas em projetos que promovam não só a sustentabilidade socioeconômica do povo, mas o fortalecimento cultural dos Manoki. Todo esse histórico de atuação e parceria possibilitou, nos anos de 2011 a 2013, que a OPAN facilitasse a elaboração do plano de gestão territorial Manoki com o patrocínio da Petrobras, definindo diretrizes e estratégias para a gestão do seu território.

Povo Myky • A OPAN também tem um histórico de atuação junto a este povo desde a parceria com a Missão Anchieta, na década de 1970. A partir da década de 2000, com o apoio da Misereor, promoveu junto aos Myky a formação de agentes de saúde indígena e ações de educação. Em 2011, com o patrocínio da Petrobras, desenvolveu ações de formação da associação Myky com a aplicação de um fundo de pequenos projetos, boas práticas para o manejo da seringa e o fortalecimento de quintais produtivos – ações que possibilitaram a elaboração do seu PGTA em 2012, que aponta diretrizes para as mudanças vivenciadas em seu cotidiano enfatizando a manutenção do seu sistema ritual e social a partir da gestão de seu território.

Povo Nambikwara da TI Pirineus de Souza • Desde 2011 a OPAN passou a atuar na TI Pirineus de Souza, no apoio à produção de alimentos por meio do fortalecimento das práticas agrícolas tradicionais em diálogo com novas técnicas, especialmente na implementação de SAFs, fortalecendo a biodiversidade dos quintais. A partir de 2012 facilitamos a elaboração de seu plano de gestão territorial.

REGIÃO DA BACIA DO RIO ARAGUAIA

Povo Xavante da TI Marãiwatsédé • Em 2008 a OPAN e a Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA) juntaram seus esforços para apoiar os Xavante da TI Marãiwatsédé no desenvolvimento de ações para fortalecimento da gestão do seu território e da soberania alimentar deste povo. A demanda mais urgente era a garantia de alimentação através da produção agrícola e o apoio aos Xavante na gestão e recuperação dos recursos naturais do território, destruídos em decorrência da ocupação por posseiros e fazendeiros. Essas ações contemplavam quatro eixos: produção de alimentos; experiências de gestão ambiental; apoio às manifestações culturais e reconhecimento territorial e o fortalecimento das relações com o entorno.

Em 2013, teve início um projeto financiado pelo PDPI com o objetivo de realização da primeira etapa do PGTA, com o apoio para elaboração do diagnóstico, do calendário sazonal, etnomapeamento e etnozoneamento do território e, em 2016, o plano foi publicado.

Em todas essas experiências de elaboração dos planos de gestão, destaca-se a relevante participação dos mais velhos e das mulheres, o que se manifesta inclusive de modo recorrente quando agentes ambientais e outras categorias de “ação ambiental” têm revelado espaços e posições ocupadas por pessoas mais velhas e/ou por lideranças tradicionais, muito diferente do que ocorreu na educação e saúde indígena, que exigiam processos escolarizados em espaços políticos prioritariamente dominados por pessoas mais jovens.

Na gestão territorial esse esquema se inverte e recoloca em outro nível de importância o lugar dos anciões e das mulheres, produzindo, conseqüentemente, uma visível adesão das crianças e estabelecendo, curiosamente, novas dinâmicas geracionais baseadas nos ensinamentos dos antigos.

A elaboração dos PGTA em Mato Grosso

1. Terra Indígena Manoki

Entre 2011 e 2013, no processo de elaboração do PGTA Manoki, ocorreram oficinas participativas de etnomapeamento, etnozoneamento, expedições no território, encontros e entrevistas com grupos focais (professores indígenas, agente de saúde e gestores da associação), elaboração de mapas do uso e ocupação do território e a formulação de diretrizes, reflexões e ações com base no modo de vida, desafios e demandas dos indígenas.

Situação problema:

Com a demarcação de parte do território tradicional em 2008, a TI Manoki se constituiu como uma área de 251 mil hectares. Nessa terra os Manoki plantam roças, realizam coleta de frutos e sementes, pescam, caçam e criam animais. Essas atividades são de extrema importância, pois incrementam a economia indígena. Porém, atualmente existe um aumento no consumo de produtos industrializados que afeta diretamente a dieta alimentar desse povo, com consequências para a saúde (doenças crônicas etc.) e a economia familiar, o que provocou, durante a elaboração do plano de gestão territorial, diversas reflexões sobre a necessidade de fortalecer a produção e manejo indígena de alimentos tradicionais.

Nesse sentido, entrou em cena o apoio a melhoria da produção de roças e quintais. Essa ação está também diretamente ligada ao fortalecimento do sistema ritual, onde as roças e seus produtos são oferecidos aos espíritos que garantem os momentos de passagem dos meninos e meninas para a vida adulta. Esta forte conexão entre roças tradicionais e rituais acontece em todos os povos contemplados neste projeto.

Do ponto de vista socioambiental, no que tange à qualidade de vida dos Manoki, o contexto de degradação do entorno da TI pode ser compreendido como alarmante na medida em que as perspectivas são de contínuo isolamento geográfico pelo crescente incentivo da produção agrícola mecanizada em escala

regional, construção de linhas de transmissão, de empreendimentos hidrelétricos e de outros projetos em curso.

Ambientalmente o isolamento geográfico tende, em médio e longo prazos, a reduzir a riqueza e a continuidade das espécies, seja como recurso de uso direto pelos indígenas e/ou como simples organismos que participam da manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas locais.

Frente a esse contexto, uma questão central posta hoje pelo povo é a conservação ambiental do território, base de sua reprodução física e cultural e também do equilíbrio da sub-bacia hidrográfica do Juruena. Para isso o fortalecimento do monitoramento e a vigilância territorial passam a ser ações fundamentais na garantia de proteção à caça, pesca e coleta no interior do território e para evitar a degradação por invasões, queimadas e atividades ilegais.

2. Terra Indígena Menkü

Na elaboração do PGTA Myky, nos anos de 2011 a 2013, foi privilegiado nas oficinas o diálogo interdisciplinar e intercultural a partir de recursos metodológicos inspirados no instrumental do manejo adaptativo local, com técnicas da antropologia, ecologia humana e ciências correlatas. Metodologias com base em entrevistas, dinâmicas de grupo focais (meninas solteiras, mulheres casadas, meninos solteiros, homens casados, anciões e crianças) e as expedições territoriais para mapeamento e zoneamento do território Myky constituíram as bases para construção das diretrizes do plano.

Situação problema:

Mesmo no território demarcado, assim como ocorre na TI Manoki o manejo e o uso dos recursos tradicionais Myky estão em situação de risco e ameaça permanente devido à pressão de atividades produtivas do entorno, tais como: monocultura e utilização de agrotóxicos, atividades de pecuária extensiva com impactos diretos nas matas ciliares determinando o assoreamento das cabeceiras, o desmatamento, a caça e pesca ilegais, e as queimadas, que provocam alterações ambientais, paisagísticas e funcionais de difícil reversão, posto que, em muitos casos, determinam a completa exaustão da matriz ambiental. Garantir a segurança e o monitoramento das áreas de

uso e ocupação dos Myky em seu território é uma das demandas apresentadas no plano de gestão desse povo, que tem recebido apoio para suas expedições voltadas à proteção das áreas de caça, coleta e também para a formação dos jovens, cada vez mais envolvidos com os processos de gestão territorial junto aos mais velhos.

Também como os Manoki, os Myky têm aumentado o consumo de produtos industrializados que afetam diretamente sua dieta alimentar, com consequências para a saúde. Apoiar os rituais e as roças tradicionais, assim como os quintais produtivos, possibilitou o maior envolvimento dos jovens por meio do incentivo à produção de comidas tradicionais que fazem bem à saúde e alimentam os entes da cosmologia Myky.

3. Terra Indígena Pirineus de Souza

O PGTA Nambikwara, elaborado entre 2012 e 2013 também por meio de metodologias participativas, contou com oficinas, expedições e o etnomapeamento. Foram realizados muitos encontros com a comunidade e as lideranças, o que possibilitou reflexões e discussões sobre as diretrizes e ações primordiais para a sustentabilidade cultural e econômica das aldeias.

Situação problema:

A TI Pirineus de Souza tem área de 28,2 mil hectares e foi homologada em 1984 pelo Decreto Presidencial 89.579. Ela está localizada na região do município de Comodoro (MT), que faz divisa com as proximidades da área urbana de Vilhena (RO).

A matriz ambiental da TI Pirineus e seu entorno é composta por ambientes típicos dos biomas amazônicos e áreas de transição com o Cerrado. No que tange à integridade ambiental, inclui regiões conservadas, como é o caso dos seus limites sul, sudeste e nordeste nas divisas com as TIs Nambikwara e Enawene Nawe, e regiões com diferentes graus de influência antrópica nos limites sudoeste, noroeste e norte da TI Pirineus, regiões de diferentes graus de influências antrópicas em que são realizadas atividades agropecuárias extensivas e onde foram estabelecidas a BR-364 e BR-174.

Dados obtidos nos etnomapas elaborados para o plano de gestão indicam que nesses limites – sudoeste, noroeste e norte – da TI Pirineus há pouca caça,

pesca, recursos vegetais e disponibilidade de locais adequados para plantio de roças. Atualmente essas atividades estão sendo realizadas fora do limite da TI, em locais denominados de Patuazal e a caverna do Morcegal. Garantir a proteção dos territórios se coloca como fundamental para a manutenção da sua matriz ambiental diante desse contexto. Assim, são importantes as expedições de monitoramento que possibilitam o registro da atual situação das áreas de coleta, caça e pesca dentro e no entorno do território.

O apoio do projeto ao manejo indígena por meio do fortalecimento das roças e quintais também são de alta relevância, pois proporcionam o incremento de alimentos e geração de renda para as famílias. Todas as aldeias possuem roças e nelas são cultivadas variedades de banana e mandioca, entre outros produtos. As roças de banana constituem um potencial para geração de renda das famílias e tiveram atenção especial do projeto para ampliação e estruturação de uma cadeia de produção observando a viabilidade de mercado e agregação de preço justo.

4. Terra Indígena Marãiwatsédé

Em 2015 a OPAN iniciou o trabalho de facilitação da elaboração do PGTA de Marãiwatsédé – que teve desintrusão definitiva de não indígenas em 2015 –, realizando com os Xavante oficinas, expedições, rodas de conversas, consultas e validações para aprofundar o conhecimento territorial e sua reapropriação através dos diagnósticos etnobotânicos, do etnomapeamento, etnozoneamento participativo etc. Com a participação da comunidade, lideranças e instituições parceiras, em 2016 duas grandes festas marcaram este momento político e simbólico: o lançamento do PGTA Marãiwatséde na aldeia, no mês de outubro, e na cidade do Rio de Janeiro, no Museu do Índio, em novembro.

Situação problema:

Marãiwatsédé ocupa o topo da lista das terras indígenas mais desmatadas da Amazônia Legal, tendo perdido mais de 60% da sua cobertura vegetal original. Esse quadro crítico se deve principalmente ao histórico de remoção compulsória dos Xavante dessa área, na década de 1960, e posterior invasão e ocupação ilegal de seu território desmatado por posseiros, grileiros e latifundiários a partir dos anos 90.

Ter conseguido retornar para essa terra e materializar a ocupação com a construção de uma aldeia foi uma conquista histórica. O retorno definitivo veio também com diversos desafios a serem superados, dentre eles, a recuperação dos recursos naturais necessários à sobrevivência, o planejamento do uso e recuperação ambiental do território em sua totalidade e a vigilância e o monitoramento da TI. Os Xavante de M̄araiwatsédé estão hoje no meio de um processo de reconstrução de sua economia e territorialidade, adaptando-se às condições ambientais e econômicas locais.

Após a desintrusão total do território em 2013, os Xavante de Mar̄aiwatsédé estavam carentes de instrumentos para facilitação da comunicação interna e externa, sendo extremamente difícil alertarem qualquer problema de invasão, fogo etc. Não havia equipamentos adequados para o registro, monitoramento e divulgação de relatórios periódicos sobre as condições de seu território e faltava preparo e equipamentos adequados para combate às queimadas. Para tanto, propostas como a instalação de um sistema de radiofonia que abrangesse as aldeias e a aquisição de computadores, GPS, Sistema SIG, câmeras de foto e vídeo, tornavam-se imprescindíveis, bem como a formação para seu uso e manutenção, especialmente entre os jovens, tão interessados em utilizarem as novas tecnologias.

A aproximação com órgãos públicos como a Funai, o Ibama e as próprias prefeituras locais em muito colaboraram para a superação dos problemas. Destacam-se as articulações com entidades parceiras da região para a formação da Rede de Sementes do Xingu-Araguaia, em que uma centena de mulheres Xavante participam ativamente das coletas e vendas de sementes nativas.

Outra questão em relação à reocupação do território foi o estabelecimento de novas aldeias e como poderia ser fortalecida essa ocupação indígena do espaço físico. Um grande desafio em relação à construção de novas aldeias era a disponibilidade de recursos essenciais como água, alimentos (roças, caça, pesca, mel e extrativismo vegetal) e material para construção (madeira, palha). O projeto contribuiu com esses processos com a abertura de cinco poços artesianos (um por aldeia), apoio à implementação de roças e quintais que viabilizassem a alimentação e o fortalecimento de atividades produtivas de caráter extrativista (coleta de sementes nativas) capazes de melhorar a renda das comunidades, conforme veremos na segunda parte, sobre a implementação dos PGTAs.

PARTE II

Implementando os PGTA's
Manoki, Myky, Nambikwara
de Pirineus de Souza e
Xavante de Marãiwatsédé

Conforme percebemos na primeira parte deste trabalho, todos os projetos desenvolvidos pela OPAN junto aos povos indígenas contemplam, antes dos investimentos mais intensos na concretização das ações, um período anual de planejamento conjunto através das reuniões periódicas de monitoramento e avaliações realizadas ao longo do ano sobre o andamento das atividades – dificuldades e resultados obtidos e apontamentos para possíveis ajustes quando necessário.

Assim, a partir das reflexões sobre as demandas e desafios expressos nos PGTAs através do percurso particular de cada um em suas fases de elaboração, a instituição consolidou apontamentos de ações prioritárias a serem consideradas nas fases de implementação de cada plano para as TIs onde vivem os Manoki, Myky, Nambikwara e Xavante.

As ações em curso propõem um constante diálogo, por exemplo, entre os manejos indígenas e as técnicas de manejo agroecológicas. Se pautam também, em âmbito regional, pelo fortalecimento de agendas intersetoriais e propositivas que favoreçam a interação dos indígenas com seus parceiros governamentais e não governamentais e com as comunidades locais.

O início dos trabalhos de implementação dos PGTAs ocorreu em 2016, dando seqüência a uma série de reuniões junto às comunidades para pactuação

das ações e dos cronogramas de trabalho para aquele ano. Na ocasião foram definidos os eixos de atuação nos recortes da implementação dos planos de gestão:

- ▶ Monitoramento e vigilância do território.
- ▶ Manejo e produção sustentável de produtos agroflorestais, roças, quintais e fortalecimento dos rituais.
- ▶ Formação e intercâmbios.

Em cada uma das comunidades estiveram presentes lideranças, jovens, mulheres e crianças e cada povo enfatizou ao seu modo, nas ações, os eixos em destaque.

Os **Manoki** se mostraram motivados para o início das atividades de fortalecimento das roças, formações de jovens e ações de vigilância do território, com o apoio de equipamentos e de uma central de monitoramento. Como questão interna da comunidade, apontavam a necessidade de estarem mais coesos para planejar o desenvolvimento do projeto e uma avaliação geral de que, ainda que alguns Manoki sejam oficialmente registrados como vigilantes junto à Funai, o monitoramento territorial é um trabalho de todo o povo indígena e a participação dos jovens, em especial, deve ser fortalecida.

No caso **Myky**, há grande presença de jovens nas expedições de monitoramento territorial, momentos importantes de suas formações. Por possuírem mais facilidade no uso de equipamentos tecnológicos, muitos deles se interessam pelo manuseio do GPS e máquinas fotográficas, apreendendo técnicas de registro das atividades. Para além da formação mais técnica, os jovens estão sempre acompanhados de lideranças mais velhas, que relatam histórias do povo e da cultura Myky.

Na **TI Marãiwatsédé** a conclusão e o lançamento do plano de gestão territorial foi a ação prioritária prevista para o primeiro ano do projeto e, num segundo momento, começaram as ações com foco na proteção territorial, segurança alimentar e no fortalecimento das expressões culturais.

Entre os **Nambikwara**, era planejada a construção da casa de cultura, a realização de intercâmbios e o apoio aos rituais. Além disso, havia uma expectativa sobre o início de um trabalho mais sistemático e organizado voltado à produção e comercialização da banana.

Dessa forma, três objetivos gerais puderam ser conjugados para a implementação das ações, a partir das reflexões realizadas nas aldeias:

Objetivo 1 • Melhorar as capacidades de controle e gerenciamento efetivo das TIs através da implementação de sistemas de vigilância e monitoramento territorial.

Objetivo 2 • Fortalecer a identidade coletiva dos povos indígenas envolvidos, através da divulgação dos PGTAs, do apoio à participação dos jovens indígenas nos processos de gestão territorial e ambiental das TIs e da promoção das alianças entre os povos.

Objetivo 3 • Implementar iniciativas de manejo e produção sustentável de produtos agroflorestais, fortalecendo redes de produção e comercialização de base comunitária nas TIs dos povos Manoki, Myky, Nambikwara e Xavante.

Para alcançar esses objetivos, as metodologias participativas construídas juntamente com as comunidades, nos seus locais de residência e territórios, garantiram a participação ativa e direta no plano de execução das propostas (formações, elaboração plano de negócios, formatação das soluções econômicas de fortalecimento das técnicas de manejos indígenas, planos de vigilância etc.).

Parcerias institucionais

Nos processos de implementação foram também de fundamental importância, para além da conexão direta entre os povos e a OPAN, as parcerias com órgãos públicos e outras entidades participantes dessas iniciativas.

Um Termo de Cooperação Técnica junto à Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) da Funai para a implementação da PNGATI foi importante para o estabelecimento de uma parceria governamental em todas as ações contempladas nos projetos. Além disso, as parcerias já firmadas com as Coordenações Regionais (CRs) da Funai de Juína, Ribeirão Cascalheira e Cuiabá, que participaram da elaboração dos planos de gestão Manoki, Myky, Xavante de Marãiwatsédé e Nambikwara da da TI Pirineus de Souza, influenciaram positivamente no trabalho.

Na atuação em consonância com outras ações desenvolvidas pela OPAN na bacia dos rios Juruena e Araguaia, foi possível contar com o apoio de instituições que são parceiras há mais de duas décadas, como a Embaixada Real da Noruega e a Misereor e, na última década, Manos Unidas. Estas instituições financiam parte da infraestrutura já existente e dos recursos humanos em projetos e programas institucionais para o desenvolvimento de ações de governança institucional, direitos indígenas e informação à sociedade e da segurança alimentar. Com estes parceiros os projetos da OPAN são permanentemente avaliados e auditados.

Manos Unidas vem contribuindo diretamente com a segurança alimentar dos Xavante de Marãiwatsédé desde 2009 e, mais recentemente, por meio do projeto “Sementes de oportunidades: fortalecimento do grupo de mulheres Xavante coletoras de sementes da Terra Indígena Marãiwatsédé”, em que estiveram em curso formações e mapeamentos de novas áreas de coleta.

Com o patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, foram desenvolvidos dois outros projetos: “Berço das Águas”, em Mato Grosso, e “Raízes do Purus”, no Amazonas. Ambos apoiaram a elaboração dos planos de gestão territorial no âmbito da atuação da OPAN nesses estados desde a primeira edição em 2011 com os povos Manoki e Myky.

Em 2017 foi aprovado o novo projeto Berço das Águas, com atividades de elaboração e implementação do PGTA de três terras do povo Rikbaktsa – TIs Japuira, Erikpatsa e Escondido – e realização de oficinas de comunicação junto à Rede Juruena Vivo, com produção de materiais, além da realização de dois estudos visando analisar os serviços ambientais prestados pelas terras indígenas na bacia do rio Juruena.

No percurso dos projetos institucionais da OPAN houve cinco patrocínios da Petrobras, somando uma atuação em 17 terras indígenas, cinco milhões de hectares e quase seis mil pessoas beneficiadas. No estado do Amazonas com os povos Apurinã, Jamamadi e Paumari, na bacia do Médio rio Purus e com os Deni, na bacia do Médio rio Juruá; em Mato Grosso, com os povos Manoki, Myky, Nambikwara e agora Rikbaktsa.

Entre os resultados destaca-se o aumento da visibilidade com comunicação, fóruns e encontros; melhorias em infraestrutura para os roçados, vigilância e comunicação; qualificação por meio de formações; o fortalecimento das redes; e a participação mais ampla de mulheres em fóruns e debates, entre outros.

A OPAN mantém seus parceiros e aliados periodicamente informados e estabeleceu na última década uma estratégia de comunicação que visa, além do fortalecimento dos povos indígenas, a divulgação de ações, a transparência e a captação de novos apoios e financiamentos para dar continuidade aos trabalhos.

Vale destacar que os recursos materiais utilizados foram fundamentais e imprescindíveis para a realização dos objetivos previstos na implementação dos planos de gestão, sejam esses adquiridos com recursos de Manos Unidas, Petrobras, ou provenientes de outros projetos no âmbito da atuação institucional da OPAN como o atual projeto “Irehi: cuidando dos territórios”, financiado pelo Fundo Amazônia.

Todos os equipamentos: computadores, GPSs, gravadores, câmeras fotográficas, instrumentos de radiofonia, balanças, walkie-talkies, filmadora digital e impressoras se demonstraram eficazes e úteis para o desenvolvimento das atividades cotidianas. De igual maneira os veículos utilitários têm importante função para o contexto do trabalho indigenista, considerando as distâncias entre as aldeias, como as dos Xavante, com distâncias de até 80 km de estradas de terra entre elas, bem como os caminhões utilizados pelas coletoras Xavante de sementes e pelos Nambikwara para desenvolvimento e comercialização das produções, além dos barcos e motores de popa e dos equipamentos do PrevFogo adquiridos em 2017 para as ações de monitoramento e vigilância territorial.

Por fim, grande parte das ações que serão agora descritas nesta publicação configuram a etapa de implementação desse longo processo aqui mencionado e que foram neste presente momento, financiadas pelo Fundo Amazônia, através do Projeto “Irehi: cuidando dos territórios” (2016-2019).

A implementação dos PGTAs

Eixos de implementação dos planos de gestão territorial

Apresentaremos agora um panorama das dinâmicas adotadas para o desenvolvimento de cada eixo temático das ações em curso e seus resultados:

► **Monitoramento e vigilância territorial:** este eixo enfatiza as experiências Manoki e Myky, onde os casos concretos aqui narrados permitem visualizar, de um lado, os reflexos do cenário ambiental mato-grossense já exposto na primeira parte e, de outro, as especificidades de cada TI e cada povo nos jeitos de fazer sua gestão territorial a partir das metodologias, técnicas e práticas aplicadas.

► **Manejo sustentável de produtos agroflorestais, roças, quintais e fortalecimento dos rituais:** voltado às experiências Xavante e Nambikwara, apresenta as oportunidades de geração de renda por meio da comercialização das sementes e da produção orgânica e irrigada de banana, além do enriquecimento das roças e quintais com o cultivo de variedades consorciadas visando qualidade e segurança alimentar nas aldeias.

► **Formação e intercâmbios:** oferece um panorama dos cursos, oficinas e encontros realizados ao longo do triênio 2016-2018 pontuando os resultados na qualificação da interlocução de suas comunidades com o poder público e a sociedade civil.

► **Ações transversais:** apresenta o percurso de duas redes de articulação e mobilização regional, a Articulação Xingu-Araguaia (AXA) e a Rede Juruena Vivo (RJV), em suas importantes trajetórias para contribuir no fortalecimento da defesa da integridade da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável de suas regiões-



Expedição na TI Menkü

Foto: Arquivo/OPAN

Monitoramento e vigilância do território

As atividades de vigilância visam a qualificação do monitoramento territorial a partir das práticas tradicionais, do desenvolvimento de estratégias de atuação considerando as áreas mais vulneráveis a invasões e do uso de novas tecnologias para o registro, análise e elaboração de dados ambientais e de segurança que possam orientar a proteção territorial.

Essas iniciativas ocorrem em permanente diálogo com a Funai, otimizando providências e contando com a participação direta de representantes deste órgão nas expedições pelos territórios.



Expedição na TI Pirineus de Souza

Foto: Arquivo/OPAN

Durante os trajetos de vigilância realizados pelos indígenas nas TIs Manoki, Myky, Pirineus de Souza e Marãiwatsédé busca-se, sempre que possível, integrar as atividades de vigilância com as de caça e coleta, promovendo o uso sustentável do território por meio das práticas extrativistas e de manejo que estão presentes no cotidiano indígena. Com apoio da OPAN, as expedições de monitoramento territorial vêm ocorrendo com infraestrutura cada vez melhor para que essas ações se realizem com maior frequência e eficácia.

Na **TI Pirineus de Souza** foram realizadas ações de vigilância lideradas pelo cacique e envolvendo caça e coleta, além do monitoramento de picadas e registro de informações do entorno. Entre 50 e 60 pessoas se envolveram e os indígenas



*As expedições também são motivadas pela realização de rituais, momento de fartura de alimentos e produção de artesanatos. Nas imagens, a Festa da Menina-moça, dos Nambikwara da TI Pirineus de Souza
Foto: Adriano Gambarini/OPAN*

Festa da Menina-moça, dos Nambikwara da TI Pirineus de Souza
Foto: Adriano Gambarini/OPAN





fizeram expedições em que trabalharam na redação de relatórios procurando superar dificuldades para a elaboração de mapas. Nesta TI a vigilância é realizada a partir de uma gestão compartilhada dos limites com a TI Enawene Nawe, onde compartilham recursos de extrativismo, caça e pesca.

Na **TI Manoki**, uma série de oficinas para formação técnica de jovens sobre vigilância territorial resultou numa gradativa diminuição da presença de não indígenas na terra, ao contribuir para a consolidação de registros sistematizados, parte deles apresentados em um boletim impresso visando subsidiar ações de parceiros e órgãos ambientais. Foi perceptível durante o projeto um aumento das operações de órgãos ambientais visando a proteção da TI.

A formação para o uso de novas tecnologias e as ferramentas cartográficas na representação e na gestão dos territórios indígenas foram fundamentais por estimular a aprendizagem de conceitos fundamentais para compreensão do funcionamento do sistema de posicionamento global, como a divisão do globo em trópicos e meridianos, rosa dos ventos, escalas, legendas e demais elementos que compõem um mapa. Com as formações os Manoki conseguiram compreender melhor o significado dos números apresentados nos aparelhos de GPSs, associando-os às informações que têm coletado nos trajetos de monitoramento de seu território.

Importante destacar que as escolas e associações Manoki ajudaram a organizar os acampamentos voltados à vigilância e proteção territorial, que envolveram toda a comunidade e um grupo de aproximadamente 15 vigilantes “linha de frente” que realizam as articulações com órgãos públicos, o registro fotográfico e de dados e que estão diretamente envolvidos nos processos judiciais de regularização territorial da TI Manoki².

Visando o aprimoramento da vigilância, foram instalados também equipamentos e estruturas para o sistema de radiofonia de ondas curtas para comunicação nas aldeias Manoki. Foram seis torres de telecomunicação em seis aldeias, todas com para-raios e antenas de rádio. Foi reativada, ainda, a rede de radiofonia

2 A TI Manoki, declarada em 2008 pelo Ministério da Justiça, aguarda até hoje a homologação da Presidência da República. Enquanto isso, os indígenas lidam diariamente com situações de invasão para extração de recursos, principalmente madeira.



Central de vigilância na TI Manoki

Foto: Giovanni Vera/OPAN

Manoki, com rádios revisados e configurados e reaproveitamento de equipamentos de projetos anteriores.

No trabalho de proteção e vigilância da **TI Marãiwatsédé**, seguindo as diretrizes do seu plano de gestão territorial, os Xavante estão implementando estratégias como o estabelecimento de novas aldeias e a realização de expedições mensais, minimizando assim as chances de novas invasões e degradação ambiental principalmente pela prática do fogo criminoso que ocorre todos os anos. Neste sentido, há um esforço das lideranças em parceria com o PrevFogo/Ibama em manter a contratação dos brigadistas indígenas.

Além de informações sobre os focos de incêndio, as expedições têm possibilitado o registro de invasões à TI para criação de gado e o despejo ilegal de carcaças bovinas no interior do território. Contudo, as expedições não são motivadas apenas pela denúncia de possíveis invasões ou registro ilícitos, mas também pelas práticas tradicionais de coleta e caça, sempre partindo da aldeia *Aõpá* para os pontos onde há indicação de que a segurança do território está fragilizada.

Em 2017, uma proposta de ações mais estruturadas de vigilância foi desenhada entre os Xavante com apoio dos indigenistas no sentido de aliar práticas tradicionais, fortalecer os grupos de vigilantes e de qualificar os aparatos tecnológicos com a instalação de radiofonia em ondas curtas, elaboração de mapas e a sistematização de registros e análises de dados. Seis das oito aldeias já possuem a instalação dos rádios para o planejamento do trabalho e que facilitam ainda a comunicação entre as famílias.

Na **TI Menkü**, as expedições realizadas possibilitaram a reabertura de picadas, em trabalho de mutirão, e envolveram aproximadamente 60 indígenas entre homens, mulheres e crianças. Os resultados foram positivos em vários aspectos, pois além da reforma e limpeza da estrada, a atividade motivou a coleta de fibras e frutos para confecção de artesanatos e trajes rituais junto a uma parcela grande da comunidade, favorecendo também a transmissão de conhecimentos entre gerações.

Através da escola, alguns professores da TI mais envolvidos na proteção territorial realizaram ações junto aos alunos e à OPAN. Além disso, os Myky têm um convênio de ICMS Ecológico firmado com a prefeitura de Brasnorte específico para o tema da vigilância, o que também contribuiu com o fortalecimento da atividade.

Durante o monitoramento territorial de 2018 na TI Menkü foram constatados focos de fogo no interior da terra e uma área de extensão relativamente grande, próxima à aldeia, havia sido queimada – apenas parcialmente, graças ao trabalho de contenção dos incêndios feito preventivamente pelos Myky com abertura de aceiros ao redor dos roçados e em áreas de mata.

Os Myky indicaram espécies vegetais importantes na área queimada, como copaíba, cumbaru e cedrinho e relataram a alta incidência de caça que a região costuma ter. Diante dos incêndios, de comum ocorrência na época da seca na região centro-oeste, os Myky buscam uma equipe maior de indígenas formados como brigadistas pelo PrevFogo. As queimadas constituem também um fator permanente a ser levado em conta no planejamento e organização dos processos de monitoramento, vigilância e proteção territorial da TI Menkü.

As estradas que adentram os limites das TIs são outro fator que merece constante atenção. Numa das expedições, após uma barreira que impossibilitava a passagem de veículos, no trajeto a pé encontraram uma quantidade considerável

de árvores de itaúba cortadas e muitas lascas para construção de cercas para as fazendas, bem como estradas ilegais, vasilhames com gasolina e rastros recentes de trator que levavam às fazendas vizinhas. Havia também pegadas de cachorros e cápsulas vazias de munição, que indicavam a caça ilegal de animais silvestres no território, além de sinais de bala nas placas de sinalização da Funai. Essas ocorrências foram georreferenciadas e integraram os relatórios enviados aos órgãos competentes. Contudo, há 20 anos essa é a realidade permanente da TI Menkü.

Como podemos ver, as expedições de monitoramento territorial são também, em larga medida, motivadas pela realização de rituais tradicionais, demonstrando que um caminho importante para o êxito das práticas de vigilância é integrar a agenda dos indígenas, aliando as atividades de vigilância às ações tradicionais, buscando promover a proteção territorial através das práticas culturais que dão sentido ao uso sustentável do território. Além disso, configuram uma atividade importante para troca de saberes entre anciãos e jovens, principalmente na identificação de áreas de coleta, no uso dos recursos, períodos de coleta e colheitas, o que favorece o diálogo intergeracional na transmissão de técnicas de manejo e diversos saberes.

Manejo sustentável de produtos agroflorestais: roças, quintais e fortalecimento dos rituais

Se no item anterior vimos as experiências de vigilância e proteção com ênfase nos contextos dos povos Manoki e Myky, aqui elas serão brevemente pontuadas e enfatizaremos as experiências dos povos Xavante e Nambikwara em relação aos manejos de produtos agroflorestais vinculados às suas dinâmicas culturais, que constituem o segundo eixo de implementação das ações previstas nos PGTA's aqui relatados.

A produção de alimentos tradicionais nas aldeias dessas TIs vem se fortalecendo com o plantio de espécies consorciadas nos roçados e nos quintais, o que impacta diretamente na saúde e no bem-estar das comunidades, na contramão do modelo de produção do entorno, baseado nas monoculturas em grande escala e no uso de agrotóxicos.



Diversidade de alimentos na TI Menkü
Fotos: Laércio Miranda/OPAN

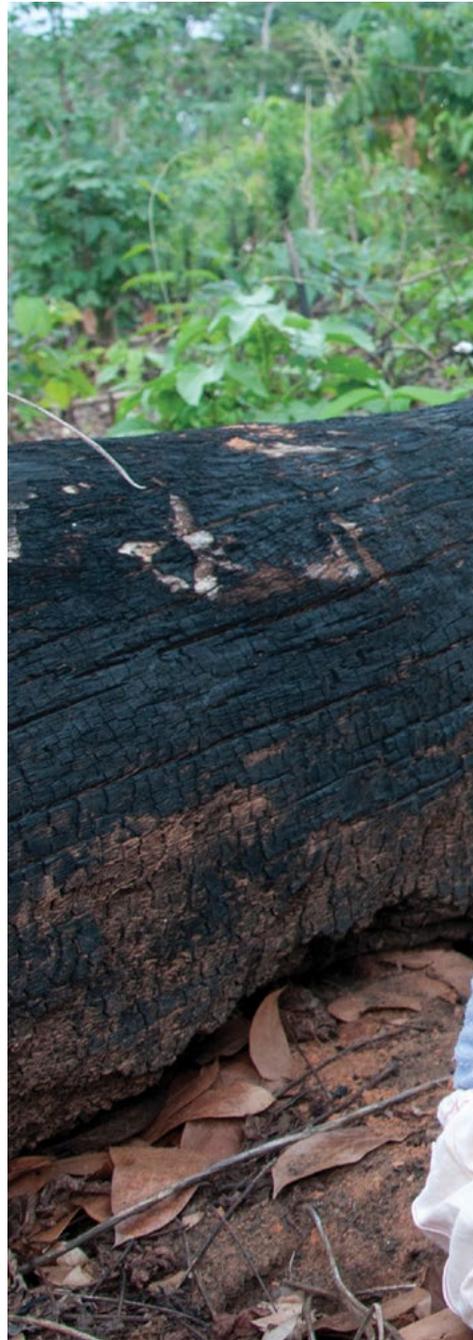


Só em 2018 foram plantados 198 hectares de alimentos nas terras dos indígenas Myky, Manoki, Nambikwara e Xavante.

O aumento em densidade e diversidade de espécies dessas roças é de suma importância para a garantia da conservação de sementes tradicionais como milho, cará, variedades de mandioca, banana etc.

Caracterizado por um sistema de queima e plantio (coivara), os roçados – alguns comunitários, outros familiares e individuais – estão diretamente relacionados aos rituais (eixo vital da unidade e fortalecimento dos povos indígenas), também apoiados pela OPAN, por meio do projeto Irehi. Nos rituais, os alimentos da roça são oferecidos para os espíritos e integram um conjunto de técnicas, saberes e encenações que mobilizam a vida social de forma total.

Na TI Menkü foram plantadas durante o projeto 250 mudas de banana em 1,8 hectares e trabalhou-se com o roçado em uma parceria com a escola estadual Xinui Myky e a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer). Foram feitos 18 roçados familiares em nove hectares e duas roças comunitárias para fortalecer o ritual de *Jeta* em 9,7 hectares com plantio de variedades de mandioca, milho fofo, batata, feijão-costela, fava, cará, abóbora, algodão, entre outros, além de 575 mudas de frutíferas.





*Diversidade de alimentos na TI Menkü
Fotos: Laércio Miranda/OPAN*

TI Marãiwatsédé: roçados, quintais e grupo de coletoras de sementes - expedições (*dzoomori*)

O tamanho médio dos roçados familiares de arroz nas aldeias de Marãiwatsédé é de 2000 m². Para essas unidades de produção foram distribuídos 800 kg de sementes de arroz sequeiro, divididos em 10 kg por família. Além desses roçados, o incremento dos quintais foi visivelmente ampliado com o plantio principalmente de espécies frutíferas nativas e 1700 kg de sementes de milho, abóbora, café e outros alimentos utilizados nos rituais deste povo.



PARTE II

Implementando os PGTAs Manoki, Myky, Nambikwara de Pirineus de Souza e Xavante de Marãiwatsédé

O plantio de milho, mandioca e abóbora foi realizado junto com as plantas frutíferas enquanto estas estavam pequenas, como caju, goiaba, acerola, coco-da-Bahia, pitomba, pinha, curriola, murici, taturubá, buriti, macaúba, cajamanga, cajazinho, jatobá, manga, mirindiba, mangaba, banana, bacaba, além do baru, urucum, xixá e pequi do Xingu. Foram 5230 mudas distribuídas em cinco aldeias. Vista de cima, a TI Marãiwatsédé mostra o avanço na recuperação de sua cobertura vegetal através da realização desses cultivos pelas famílias nos seus roçados e quintais, somando 139 hectares de área cultivada.



Marãiwatsédé atual
Fotos: Giovanny Vera/OPAN



1



2



3



5



4

Em relação ao trabalho das coletoras de sementes, a dinâmica se baseia na participação e na integração desse grupo de mulheres da TI Marãiwatsédé à Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX) que, com 300 coletores vinculados, é hoje a maior rede de sementes do Mato Grosso³. A cada ano as coletoras de Marãiwatsédé entregam em média 800kg de sementes para a ARSX, gerando ao grupo uma renda em torno de R\$ 20.000. Desde 2011, quando iniciou o trabalho das coletoras, até os dias atuais, foram mais de três toneladas de sementes e de R\$ 50.000 adquiridos.

Entre 2017 e 2018, foram realizadas dezenas de reuniões para monitoramento da coleta e pesagem das sementes com as mulheres Xavante, momentos de identificação das principais dificuldades sentidas por elas, como a compreensão da quantidade de cada tipo de semente que era solicitada, medida a partir da matemática dos não indígenas. Temas estes que as oficinas do projeto buscaram sanar trabalhando esses conhecimentos junto a elas.

³ Ver site www.sementesdoxingu.org.br.

PARTE II

Implementando os PGTAs Manoki, Myky, Nambikwara de Pirineus de Souza e Xavante de Marãiwatsédé

6



Fotos: 1,2 e 6 Adriano Gambarini/OPAN; 3 Henrique Santian/OPAN; 4 Artema Lima/OPAN; 5 Marcelo Okimoto/OPAN

O apoio às expedições de caça e de coleta, chamado na língua Xavante de Marãiwatséde de *dzomoori*, também foi importante. Com essas atividades, foi possível articular diversos objetivos relacionados entre si: a promoção da segurança e qualidade alimentar, a geração de renda, o fortalecimento de práticas culturais tradicionais e a vigilância territorial. Tradicionalmente, o *dzomoori* é um tipo de expedição em que homens e mulheres, de quaisquer grupos de idade, podem participar.

As expedições são organizadas junto à comunidade de Marãiwatséde a partir de reuniões com diferentes instâncias de consulta das aldeias (conselhos de anciões, caciques, grupo de mulheres coletoras de sementes e Warã) para a definição das datas e locais. Durante essas expedições, os *A'uwe* formam um breve acampamento, que dura em média três ou quatro dias, em algum ponto relativamente distante de suas aldeias de residência, com o intuito de manejar os recursos disponíveis naquela determinada região de seu território. As mulheres ficam incumbidas preponderantemente da atividade de coleta de frutos, tubérculos e castanhas de interesse alimentar dos Xavante, bem como de plantas medicinais, ao passo que os homens ficam incumbidos da caça, pesca e da coleta de espécies botânicas de interesse cultural, como é o caso da casca de embira, utilizada na produção de artefatos.

Unidade demonstrativa da banana em Pirineus de Souza

Visando fortalecer a produtividade de alimentos na TI Pirineus de Souza, os Nambikwara vêm fortalecendo seus roçados e aprimorando as técnicas de manejo da banana, também voltada à geração de renda.

Em 2016, com apoio do projeto Irehi, da associação Kolimace e do cacique, as comunidades se organizaram em mutirões e plantaram diversas mudas de árvores frutíferas e de banana aos arredores da escola da aldeia Central e das outras aldeias menores, aumentando a quantidade e a variedade de alimentos na TI.

Os avanços na produção da TI Pirineus de Souza, exigiam também informações sobre o conjunto do plantio e da produção da banana, que tradicionalmente é plantada nas roças de toco. No acompanhamento de dois ciclos de produção verificou-se que os Nambikwara de Pirineus de Souza produziram, respectivamente,



655 caixas de banana (14,4 toneladas) e 707 caixas de banana (15,5 toneladas). Parte disso foi destinado ao consumo interno; parte à comercialização, realizada principalmente no município de Vilhena (RO), que fica apenas a 17 km de distância da aldeia Central.

Em 2017, foi realizado um diagnóstico envolvendo os roçados de 31 famílias, o que subsidiou, posteriormente, a elaboração de um plano de negócios para a cadeia produtiva da banana na TI Pirineus de Souza.

O plano de negócios apontou algumas formas de manejo que poderiam ser aplicadas aos roçados tradicionais, bem como, outros modelos, como o plantio em terra arada no formato de monocultura e o plantio em formato de policultura (plantio consorciado), associando as mudas de bananeiras a outras cultivares em um sistema de irrigação, nenhum deles envolvendo herbicidas e outros insumos químicos. Assim, os Nambikwara escolheram realizar uma experiência com este último modelo, de consórcio e irrigação, e começaram a preparação de uma área de um hectare na aldeia Central, que envolveu a comunidade em mutirões, onde técnicas de manejo eram repassadas entre os participantes.

Sobre a comercialização, o plano identificou que é vendida uma média de 1576 kg de banana para Vilhena, semanalmente. Ainda que o município adquira a

maior parte de frutas em outras regiões, inclusive do sul do Brasil, é o local em que se apresenta o mercado mais vantajoso para os Nambikwara de Pirineus de Souza.

A partir do plano de negócios, foi possível verificar também outras possibilidades futuras de comercialização da banana, como os mercados institucionais por meio o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa de Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Subprodutos da Sociobiodiversidade.

Com a experiência do manejo consorciado da banana, considerado positivo, há agora perspectiva de que outras aldeias apliquem o modelo, ampliando a produção e a geração de renda das famílias.

*Pequi da TI Manoki
Foto: Arquivo/OPAN*



A cadeia do pequi na TI Manoki

A coleta e venda dos frutos do pequizeiro é uma importante atividade para geração de renda na TI Manoki e compõe a gestão territorial desse povo. Visando fortalecer ainda mais o trabalho, os Manoki, com apoio do Irehi, realizaram a abertura de novos caminhos e a limpeza de antigos para acesso aos pequizais – e conseqüentemente a outras espécies frutíferas e às palmeiras –. Além disso, melhoraram o acesso aos pontos de comercialização às margens da rodovia e a estrutura desses locais.

A partir de levantamentos realizados pela equipe da OPAN junto a 18 famílias Manoki na safra de 2017/2018 (de outubro a janeiro) foi possível perceber que a renda derivada da coleta e venda é relativamente boa, apesar de bastante variável, acompanhando a diferença de produtividade dos pequizais, que muda de tempo

em tempo. A venda normalmente é realizada nos pontos às margens da rodovia próxima à TI Manoki, mas também nos municípios vizinhos como Campo Novo do Parecis, Brasnorte, Juara e Juína.

Na safra de 2018 e 2019, em um universo de 50 famílias que realizaram a coleta e utilizando o valor da renda média, o ganho por família foi de R\$ 1.537 reais, o que totaliza um potencial de rendimento de R\$ 76.850 reais ao todo.

Além do fortalecimento da coleta de pequi, foi incrementado entre os Manoki o plantio de variedades de mandioca cobrindo 36 áreas familiares num total aproximado de 18 hectares.

| <i>TERRA INDÍGENA</i> | <i>ATIVIDADES</i> | <i>RESULTADOS</i> |
|-----------------------------|--|---|
| <i>TI Menkü</i> | <i>Implementação de roças e quintais na aldeia Japuira</i> | <ul style="list-style-type: none"> • 9,7 hectares de roça Jetá • 9 hectares roças familiares • 575 mudas de frutíferas • 250 de bananas |
| <i>TI Manoki</i> | <i>Implementação de roças e quintais em oito aldeias</i> | <ul style="list-style-type: none"> • 18 hectares de roças • 1025 mudas de frutíferas |
| <i>TI Pirineus de Souza</i> | <i>Plantio de mudas de bananas em cinco aldeias</i> | <i>10 mil mudas</i> |
| | <i>Implementação de roças</i> | <i>28 hectares</i> |
| | <i>Plantio de mudas frutíferas</i> | <i>1300 mudas de frutíferas</i> |
| <i>TI Marãiwatsédé</i> | <i>Implementação de quintais em quatro aldeias</i> | <i>600 mudas de frutíferas</i> |
| | <i>Implementação de roças em quatro aldeias</i> | <i>1700 kg de sementes (aprox. 22 hectares de roças)</i> |

Formação e intercâmbios

A demanda por formações e intercâmbios é mencionada em todos os planos de gestão elaborados pelas comunidades Myky, Manoki, Nambikwara de Pirineus de Souza e Xavante de Marãiwatsédé. Com a realização dessas atividades, os indígenas obtiveram melhorias da segurança e proteção dos seus territórios, além de ampliação dos espaços de interlocução e a qualificação dos discursos em espaços políticos.

Foram realizados no projeto cinco módulos de oficinas com abordagem sobre direitos indígenas e política indigenista, monitoramento e gestão territorial e fortalecimento cultural.

O primeiro encontro foi realizado na aldeia Cravari, na TI Manoki, em 2016, com a participação de 63 indígenas entre jovens, professores, mulheres e lideranças dos povos Manoki e Myky, abordando a temática direitos indígenas e política indigenista.

A melhor compreensão dos contextos de políticas públicas, Estado, governo, sociedade civil, mercado, pluralismo jurídico, poderes legislativo, judiciário e executivo e o direito internacional dos povos, assuntos abordadas durante as oficinas, foram importantes para o entendimento da linguagem política utilizada pelos órgãos governamentais para qualificar a interlocução feita com os mesmos por suas lideranças e pelo movimento indígena.

Em 2017, oficinas com a mesma temática, e um foco para controle social, foram realizadas também junto aos jovens, professores e lideranças Nambikwara da TI Pirineus de Souza.

Questões como cidadania, participação, representação, controle social, multiplicidade das organizações indígenas, conselhos indígenas e atuação institucional foram abordadas durante a oficina e a partir também das experiências locais e nacionais. Assim, foi possível estabelecer conexões com as políticas nacionais e demonstrar como o controle social, a representação e a participação – principalmente as que dizem respeito aos direitos indígenas – são de extrema importância para as novas gerações.

Num segundo momento, foi realizada uma oficina voltada à vigilância e ao monitoramento territorial no contexto da PNGATI junto aos jovens, professores e lideranças dos povos Myky e Manoki.

Ressaltando a importância dos mais jovens conhecerem a história de seu território, alguns momentos marcantes da luta Manoki por seu território foram lembrados durante as oficinas, utilizando também como material de apoio os livros “Irantxe: luta pelo território expropriado”, de Darci Pivetta e Maria de Lourdes Bandeira; “Tupxi: o índio da paz” de Adalberto Holanda Pereira, e “Entre os índios Münkü: a resistência de um povo” de Thomaz de Aquino Lisboa, permitindo também o contato direto dos indígenas com trabalhos acadêmicos e bibliográficos referentes ao seu povo.

Nos textos, os jovens identificaram os elementos que apontam a história do território Manoki que dão sentido à luta pelo território, como a localização de aldeias e cemitérios antigos, áreas tradicionais de caça e coleta, acampamentos de pesca e outros. Rememoraram a trajetória do povo Manoki em ações de proteção de territórios indígenas, e os feitos de Tupxi, um indígena Manoki que participou de dezenas de expedições que ajudaram a construir um mosaico de terras indígenas no noroeste do Mato Grosso, atuando junto aos povos Rikbaktsa, Tapayuna, Myky e Enawene Nawe.

Importante destacar que, para além das oficinas temáticas de formação e do próprio cotidiano nas aldeias, o processo de qualificação também acontece através de eventos, fóruns, intercâmbios e encontros como os que relataremos a seguir.

Encontro de Povos Indígenas do Mato Grosso: Mudanças Climáticas e Políticas Públicas

Em 2018 foi realizado também o “Encontro de Povos Indígenas do Mato Grosso: Mudanças Climáticas e Políticas Públicas”, evento que compôs os processos formativos e que possibilitou subsídios técnicos para a participação indígena qualificada em espaços de discussão e construção de políticas públicas relacionadas à mudança do clima e REDD+ em Mato Grosso. Na ocasião, houve reflexões e debates sobre como enfrentar as mudanças climáticas e os seus impactos nas comunidades indígenas e como gerir os territórios a partir dos PGTAs. O evento também foi espaço para realização de módulos formativos sobre direitos, políticas públicas e vigilância territorial, envolvendo cerca de 80 pessoas por oficina, entre associações, anciãos, mulheres, professores, estudantes e representantes da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt), um total de cerca de 400 pessoas.

Encontro da Rede de Sementes do Xingu

Realizado em 2018, o evento teve como objetivo reunir todos os coletores que fazem parte da ARSX. Foi um momento de troca de experiências, votação e decisão dos coletores e abordagem de diversos temas, entre eles, os principais acontecimentos de 2017 e 2018, com direito à premiação para os coletores e grupos que se destacaram durante o ano. Foi apresentado um gráfico da Rede sobre os núcleos de coleta, demonstrando os valores encomendados e os valores entregues, e abriu-se a discussão para os grupos explicarem os resultados, falarem o que estão fazendo dentro da Rede, quais as dificuldades e os pontos positivos.

Fórum Alternativo Mundial da Água

Evento realizado em Brasília em março de 2018, reunindo movimentos sociais e indígenas, entre eles os Manoki, Myky, Nambikwara e Tapayuna, com o objetivo de fazer um contraponto ao Fórum Mundial da Água como espaço para promoção da discussão sobre os problemas relacionados ao tema em escala global, envolvendo governos e sociedade civil. A intenção do evento era unificar a luta da sociedade civil diante da tentativa das grandes corporações em restringir o acesso a água, privatizando as reservas e fontes naturais de água, tentando transformar este direito em um recurso inalcançável para muitas populações que, com isso, sofrem exclusão social, pobreza e se vêm envolvidas em disputas e guerras de todo o tipo.

Assembleia da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (Fepoint)

Na aldeia Rio Verde, na Terra Indígena Paresi, em outubro de 2018, foi realizada a III Assembleia dos Povos Indígenas de Mato Grosso e a I Assembleia Ordinária da Fepoint. Participaram durante quatro dias 800 pessoas representantes de 43 povos indígenas do estado com o objetivo de discutir a atual conjuntura indígena, avaliar os instrumentos de defesa dos direitos dos povos e o fortalecimento das organizações indígenas de Mato Grosso. Durante a assembleia ordinária, foi realizada a eleição da nova diretoria da Fepoint. No momento também houve a escolha de pré-candidatos a deputados estaduais e federais e senadores visando consolidar, com o tempo, a presença de representantes que possam ser a voz dos povos e dar visibilidade a eles no âmbito legislativo.

Encontro Nacional de Mulheres – poesia, memória e resistência: olhares sobre os impactos diferenciados dos grandes projetos na vida das mulheres

A participação indígena de duas mulheres Manoki no primeiro encontro de “Poesia, memória e resistência: olhares sobre os impactos diferenciados dos grandes projetos na vida das mulheres”, realizado em Imperatriz (MA), teve o objetivo de trocar informações e experiências de resistência frente aos grandes empreendimentos econômicos que afetam direta e indiretamente a vida de mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, marisqueiras, sem-terra e demais comunidades tradicionais.

V Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI)

Participação e representação de jovens indígenas do noroeste de Mato Grosso no V Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI). O encontro visou contribuir com o intercâmbio étnico, cultural e científico desses jovens. O V ENEI teve como tema principal “Espaço de Afirmação, protagonismo e diálogos interculturais: descolonizando o pensamento”. Os jovens indígenas foram motivados a participar para conhecer o debate acadêmico de outras juventudes indígenas. Nesse encontro estiveram presentes pesquisadores indígenas e caciques promovendo um diálogo entre o conhecimento científico e tradicional.

Muitos caciques fizeram o alerta para que a juventude atual, “Guerreiros da Caneta”, possam levar a luta adiante, pois os estudantes estão se preparando nas universidades para defender os direitos escritos na constituição brasileira. Os jovens indígenas socializaram as lutas pela demarcação das terras indígenas, pelo acesso e permanência dos estudantes indígenas nas universidades federais brasileiras e as dificuldades encontradas dentro das universidades.

Acampamento Terra Livre (ATL) 2017 e 2018

O 14º Acampamento Terra Livre (ATL - 2017), foi realizado em Brasília e reuniu mais de 200 povos e cerca de quatro mil indígenas que se manifestavam contra as ameaças aos seus direitos, formando a maior mobilização indígena na capital brasileira até hoje, de acordo com a Articulação de Povos Indígenas do Brasil (APIB), organizadora do evento.



ATL 2018

Foto: Giovanni Vera/OPAN

A participação de 11 indígenas do Mato Grosso no evento veio somar ao conhecimento que aprimoraram nas oficinas de direitos indígenas e política indigenista, realizadas em parceria com a OPAN. Conhecimentos complementados ainda mais com o “Seminário de Direitos Indígenas e os Direitos Originários”, promovido pela 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República (PGR), em que se discutiu especialmente sobre demarcação de terras e a tese do marco temporal⁴ sob a luz do direito internacional.

O 15º acampamento foi realizado também em Brasília, em abril de 2018, e contou com a participação de jovens indígenas dos povos Manoki, Xavante, Myky e Nambikwara. A delegação composta por 40 pessoas, em sua maioria por jovens, teve o objetivo de proporcionar um intercâmbio e troca de experiências com o movimento indígena nacional e de outras regiões.

Este grande encontro de povos de todo país tem dado a cada ano mais demonstrações da força e do poder dos povos indígenas diante das permanen-

4 De acordo com a tese do marco temporal só poderiam ser demarcadas as terras em que seja comprovada a permanência dos indígenas na data da promulgação da Constituição de 1988, mesmo que tenham sido estes retirados a força de seu território e, por isso, sem possibilidade de ocupar seu território tradicional.

tes investidas contrárias aos seus direitos estabelecidos como a crise na política indigenista com a inconstitucional aplicação da tese do marco temporal, com os sucessivos cortes orçamentários, o aparelhamento da Funai e a negação do direito aos territórios. Para muitos jovens, esta foi a primeira experiência de participar em mobilizações tão grandes e de se envolver com mais de uma centena de diferentes etnias.

Seminário Gestão Territorial – Jovens Indígenas – 2018

Este seminário, promovido pela OPAN, ocorreu durante quatro dias em setembro de 2018 na Aldeia Cravari da TI Manoki com a participação dos povos Manoki, Myky e Nambikwara. Cerca de 200 indígenas (mulheres, crianças, adultos, jovens, lideranças, professores e anciões) participaram das atividades. A programação enfatizou a experiência indígena em suas relações com a sociedade não indígena a partir de seus olhares, demandas e desafios, além de propiciar momentos de valorização e reprodução cultural através das oficinas de artesanato (que contaram com mais de 30 artesãos das três etnias que se dispuseram a ensinar e repassar o conhecimento às novas gerações), além de contação de histórias, apresentações culturais, exibição de documentários indígenas e pajelança.

Como resultado houve uma grande produção de redes, arcos e flechas, cestas, brincos, colares, cocares, tiaras, saias de buriti, anéis, colares, chocalho, pinturas, além de mais duas oficinas voltadas para a língua materna Myky e o calendário tradicional Manoki. A contação de histórias tradicionais reuniu mais uma vez as novas e velhas gerações e se configurou em um momento de trocas, repasses e descobertas para a cultura imaterial desses povos que perdura há séculos.

A comissão de comunicação indígena teve um importante papel de registrar com câmeras fotográficas e filmadoras os momentos mais marcantes do evento. Neste sentido, os jovens indígenas com o auxílio de mediadores (Revista Vai da Pé) puderam registrar seus olhares e suas perspectivas em relação ao evento e apresentar os resultados nas sessões de cinema.

Este evento encerrou o ciclo de formações iniciado no ano de 2016 que tinha como objetivo a formação em gestão territorial dando continuidade às oficinas de direitos indígenas, políticas públicas, vigilância e monitoramento

territorial, participação de jovens indígenas em viagens a congressos, seminários e fóruns ligados às temáticas da gestão e sustentabilidade das terras indígenas descritos aqui.

Essas atividades e ações ao longo destes três anos contaram com a participação de cerca de 600 indígenas e contribuíram significativamente para a aproximação comunitária, intergeracional, para o aprimoramento de estratégias em gestão territorial das novas gerações, o que lhes possibilitou pensar em ações futuras e projetos que venham a contribuir para a manutenção da sustentabilidade de seus territórios.

Ações transversais: articulação e mobilização em redes

A articulação e aliança entre os povos também são resultados do processo histórico enfrentado pelos povos indígenas frente às constantes ameaças aos seus direitos. Duas viagens à Brasília realizadas por representantes indígenas da bacia do rio Juruena, apoiadas pela OPAN, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, foram ações relevantes para suas reivindicações pautadas nos PGTAs. Além deste cenário mais amplo de interações, a articulação de abrangência regional também tem amadurecido na última década como forma de estabelecer novas relações e criar cenários mais positivos por meio das ações em rede.

Articulação Xingu-Araguaia (AXA)

Compõem a AXA as organizações ANSA, CPT, OPAN, Instituto Socioambiental (ISA), ARSX. Essa rede tem por objetivo a mobilização da sociedade para criar alternativas sustentáveis de manejo da terra, de recuperação de áreas degradadas e de geração de renda a partir da floresta, com ações demonstrativas e de sensibilização para empreendimentos sustentáveis.

O projeto central da AXA é a promoção e a comercialização de sementes, a organização de feiras e encontros sobre produtos da biodiversidade e o fortalecimento das práticas de desenvolvimento sustentável entre assentados, agricultores e indígenas da região, prevendo a abertura de espaços de interlocução multise-

toriais que contribuam para o fortalecimento e a maior interação dos Xavante de Marãiwatsédé com o contexto regional.

A OPAN integra desde 2008 a AXA, fundada um ano antes, a partir do encontro de dois processos sociais que aconteciam na região: a Campanha Y'Ikatu Xingu, trabalho compartilhado por diversas instituições para a recuperação das nascentes e matas ciliares da Bacia do Rio Xingu, que iniciava suas ações em 2006 em Canarana (MT) e a atuação de bases, que vem desde a década de 1970, formada por organizações sociais, principalmente a CPT, a ANSA e a Associação Terra Viva (ATV).

A partir de 2007, essa articulação avaliou como prioritária uma atuação na TI Marãiwatsédé, visto que os Xavante se encontravam na terra mais devastada da Amazônia brasileira e num controverso contexto de inconstitucionalidade: uma TI homologada e registrada, mas que não estava liberada para uso do povo. Dessa forma a OPAN foi convidada, então, a atuar junto à comunidade Xavante de Marãiwatsédé, e se tornou a quinta entidade a compor a articulação.

As estratégias adotadas para a execução das atividades de implementação das ações do plano de gestão Territorial de Marãiwatsédé estão em consonância com o objetivo mais amplo da Rede de Sementes do Xingu, ao incentivar as práticas sustentáveis de gestão territorial comunitária através da cadeia de valores associadas às sementes nativas, contribuindo para a recuperação ambiental e a diversificação das roças e quintais, fortalecendo a autonomia do grupo de mulheres coletoras.

Em 2018 destacaram-se na AXA as ações realizadas em intercâmbios entre os Xavante, Karajá, assentados, agricultores familiares e associações de jovens e mulheres da região a favor do fortalecimento da soberania alimentar. Foram realizadas atividades de rodas de conversas, elaboração de materiais informativos, formações em mudanças climáticas, economia e políticas públicas, diretamente nas comunidades.

Por fim, o trabalho de comunicação da AXA, que envolveu a produção e divulgação de notícias, cartas e vídeos – entre eles os da campanha “Nós somos terra” – referentes à reapropriação dos Xavante de Marãiwatsédé por seu território, e às iniciativas produtivas sustentáveis da região, tem sido de suma importância para aumentar a visibilidade das demandas e conquistas dos povos do Araguaia, contribuindo diretamente para o fortalecimento da gestão territorial local.



Rede Juruena Vivo

A Rede Juruena Vivo constitui-se de um conjunto amplo de pessoas e instituições que vêm buscando lutar pela integridade da sub-bacia do rio Juruena, respeitando as especificidades da região e procurando por espaços de participação popular para discutir os anseios coletivos dos povos indígenas, extrativistas, pescadores e agricultores familiares.

Os povos Manoki, Myky e Nambikwara integram a Rede Juruena Vivo e mantém sua participação desde o início das edições do Festival Socioambiental Juruena Vivo (2014 e 2015), uma das principais realizações da rede.

Além de reunir povos indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares da região, o Festival Juruena Vivo conta com a participação de acadêmicos e institutos de pesquisas de diversas áreas, artistas, artesãos, estudantes e visa discutir e apontar alternativas de produção energética que causem menos impactos socioambientais e que respeitem a sociobiodiversidade e o potencial de bioeconomia local.

O Festival é composto por um repertório pluriétnico de expressões culturais e mobilizações das sociedades locais rurais e urbanas em torno das questões sociais



Festival Juruena Vivo
Foto: Livia Alcântara/OPAN



e ambientais por meio da participação popular. Nesse sentido, tem como premissa debater novos rumos para a produção de alimentos, para a gestão da água e para geração alternativa de energia por meio de projetos participativos e inclusivos.

Em sua VI edição, o festival incorporou também um modelo de cobertura midiática participativa. Assim, além dos festivais que ocorrem anualmente, a Rede Juruena Vivo pode, enfim, colocar em prática as ações idealizadas desde 2015 para fortalecimento da interconexão e comunicação entre os diversos núcleos que a compõe – os Núcleos Olhos d'Água – formados por cada segmento: indígenas, agricultores familiares e demais comunidades locais rurais e urbanas.

As ações em Rede, tanto no Araguaia através da AXA, quanto na bacia do Juruena através da Rede Juruena Vivo, buscam fomentar o desenvolvimento sustentável por meio da articulação comunitária em suas regiões e da projeção de suas experiências com base em estratégias de comunicação e mobilização, fortalecendo a integração e a economia regionais, bem como seus processos de governança e participação social.







Crianças Xavante de Marãiwatsédé
Foto: Henrique Santian/OPAN





1

2



Indígenas Manoki, jovens e velhos

Fotos: 1 Artema Lima/OPAN, 2 Laércio Miranda/OPAN



Indígenas Manoki, jovens e velhos
Fotos: Laércio Miranda/OPAN







Homens Myky

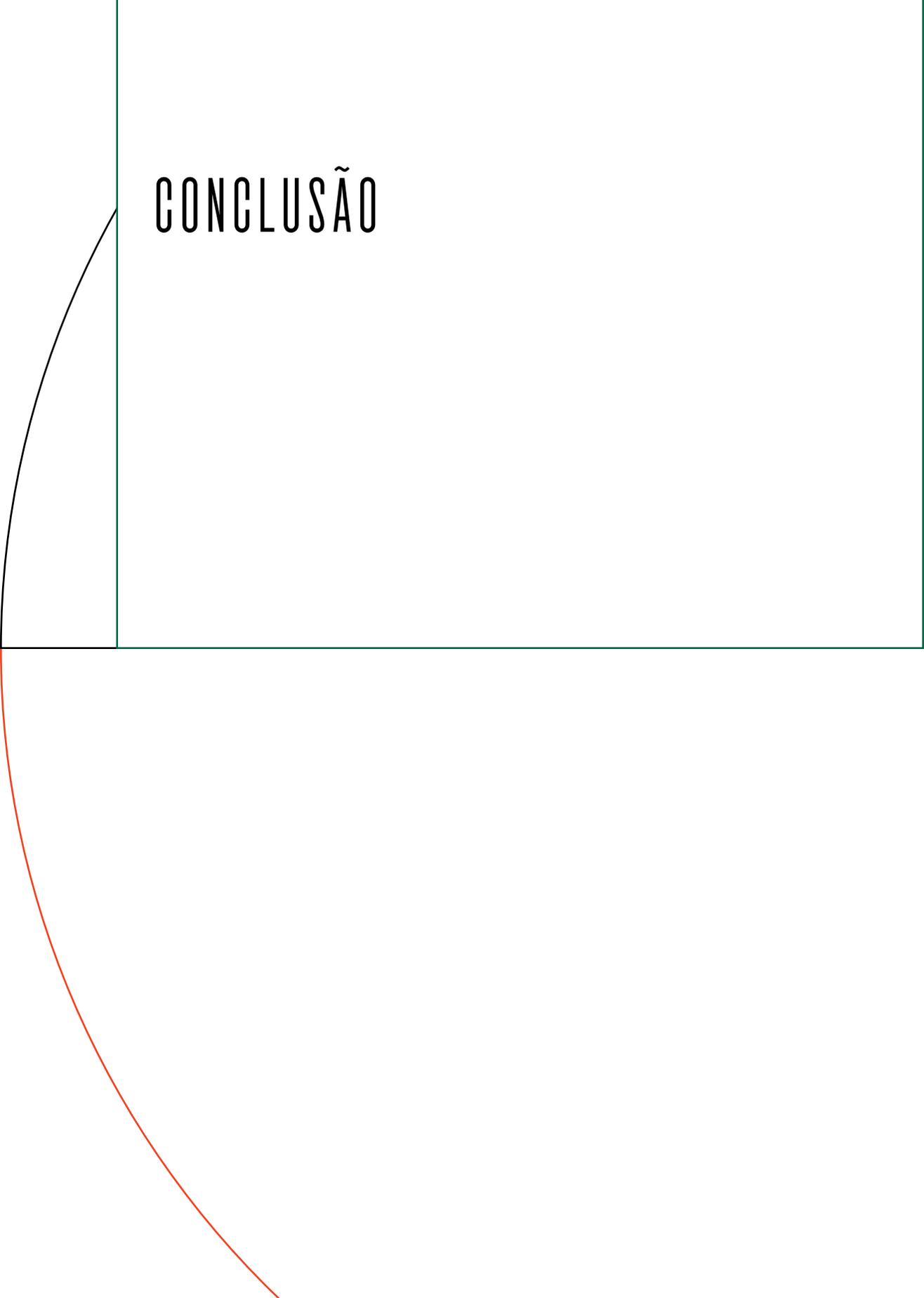
Fotos: Flávio Souza/OPAN





Mulher Nambikwara

Foto: Adriano Gambarini/OPAN



CONCLUSÃO

Na primeira parte deste trabalho conhecemos os antecedentes e conjunturas que levaram às ações de implementação de planos de gestão territorial no estado de Mato Grosso, como mais uma etapa de consolidação da PNGATI.

Na segunda parte foi possível visualizar as dinâmicas e metodologias aplicadas para cada contexto de implementação, captando a concretude dos resultados e alcances desse rico, longo e fértil processo em curso, trilhado aqui pelos povos Manoki, Myky, Nambikwara e Xavante em suas terras de ocupação histórica, junto à OPAN e outros parceiros e financiadores.

São quatro territórios com 520 mil hectares de floresta e área de transição com o Cerrado que incidem sobre cinco municípios mato-grossenses, totalizando 26 aldeias e uma população indígena de cerca de 1800 pessoas.

A intenção não foi apenas contextualizar historicamente esse processo através de alguns marcos do movimento indígena associados aos marcos políticos e legais, mas compartilhar experiências que possam informar e inspirar atitudes que contribuam para o fortalecimento da PNGATI, promovendo diálogos, reflexões e ações coletivas.

Além disso, como organização sem fins lucrativos da sociedade civil brasileira, é papel da OPAN informar de modo transparente à sociedade e aos agentes governamentais sobre os processos em curso, ainda mais quando exitosos, na defesa concreta e efetiva da Amazônia Legal. Mostrar que esse caminho só é possível numa perspectiva de sustentabilidade ecológica, social, econômica e cultural. Demonstrar que a presença e participação direta dos povos e comunidades da floresta é vital para a manutenção e o desenvolvimento próspero e perene da Amazônia, assim como do Cerrado, expressando a riqueza de poder entrar em contato com outras lógicas e modelos de gerir um território, aliando produtividade e manejo da biodiversidade.

A Amazônia está, como sabemos, muito além das fronteiras nacionais, o que não deve ser confundido com ameaça à soberania nacional. As terras indígenas são

da União e é exatamente por isso que o Estado brasileiro tem o dever constitucional de fomentar a gestão territorial dessas áreas, reconhecidamente zonas estratégicas de proteção – entendendo que a existência dessa integridade alvo de proteção só é possível, em pleno século 21, porque a ocupação dos povos originários nessas terras permite a conservação desses territórios através de seus modelos produtivos e de manejo que são técnica, social e politicamente sofisticados.

Os inúmeros estudos sobre a ocupação da Amazônia revelam que, desde a década de 1970, as agrovilas não prosperaram por completa ausência de assistência estatal, pois a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), como política pública e de Estado, investia, através de incentivos fiscais, em projetos agropecuários, madeireiros e de infraestrutura para beneficiamento de grandes proprietários de terras.

Heredia (2010:165) nos diz sobre “os enormes investimentos que põe em evidência o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão”. Ou seja, é preciso reconhecer que tivemos e temos escolhas claras. Esta foi na época e continua sendo hoje a tônica da escolha. A entrada bem-sucedida do Brasil no mercado de commodities não é fruto somente de políticas liberais e sim do incentivo e prática de políticas públicas e estatais voltadas para esta escolha.

A agricultura familiar fica sempre ideologicamente reduzida a ideia da subsistência, do amadorismo, da incapacidade técnica, enquanto o sentido do agronegócio aparece, esse sim, caracterizado como atividade de mercado, promissor, tecnológico e moderno. Para transformar esse cenário é necessário, portanto, incrementar incentivos e políticas que se destinem a este fim, investindo em novas escolhas.

Pesquisas contemporâneas têm demonstrado que a rentabilidade de um hectare de açaí na região norte do país, por exemplo, é muito maior hoje, comparado aos resultados com soja ou pecuária (cf. Abramovay:2020).

Nesse sentido, a consolidação de políticas públicas na direção da proteção territorial, bem como de investimentos em arranjos produtivos de biotecnologias e produtos da biodiversidade são a via mais segura para alçar êxito, compartilhando benefícios entre tantas comunidades e povos.

No intercâmbio de experiências entre os povos indígenas e as comunidades locais apresentado na segunda parte deste trabalho, fica também evidente que

o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade têm contribuído para a geração de renda de milhares de famílias na Amazônia, para a manutenção da floresta e seus serviços ambientais e para a construção de novas práticas de desenvolvimento, além do fortalecimento das redes de interação entre as comunidades e povos. As iniciativas como a organização do trabalho da coleta e processamento da castanha-do-brasil, a ampliação do manejo com o babaçu, pequi, banana e a produção agroecológica têm um grande potencial a ser explorado, mas precisa da visão dos municípios e estados para investimento na ampliação dos processos e espaços de comercialização dos produtos, seja local, regional e internacionalmente.

Um município no interior de Mato Grosso muitas vezes conta com milhares de hectares de monoculturas, um mar a perder de vista com espetáculos de pulverização aérea. Contudo, enquanto a balança comercial divulga superávit, num passeio pela pequena cidade polo, localizada no interior do estado, encontramos duas sorveterias, duas pizzarias lanchonetes, duas padarias, três mercadinhos, meia dúzia de serviços, algumas boutiques e magazines, uma dúzia de salões de beleza e lojas de materiais agropecuários. Esses municípios poderiam ter vida cultural intensa, festas, feiras livres, artesanatos, museus e casas de cultura e atrair muitos rendimentos com belezas naturais, turismo cultural, ecológico, esportivo, radical, de pesca, entre tantos investimentos possíveis nas comunidades de produtores locais. Além disso, ainda há ricos inventários científicos por se fazer na fauna e flora tão desconhecida do Cerrado e da Amazônia.

A contraposição de ideários para compor as práticas, sentidos e direções da gestão territorial determinam diferentes caminhos para a compreensão do desenvolvimento e, no caso da PNGATI, possibilita não apenas concretizar lógicas de um desenvolvimento sustentável, mas ainda uma revisão radical da relação sempre direta entre desenvolvimento e modernidade.

Darcy Ribeiro sustentava que na configuração do Brasil, com todo o abismo existente entre o que ele diferenciava como Estado-Nação e Povo-Nação, havia um ponto de convergência que se fundia num aspecto unificador: o sentido da colonização orientando o modo de ser e agir tanto do povo quanto da elite brasileira. Para ele, este aspecto explica, em grande medida, a contradição entre um país tão rico de recursos materiais e imateriais e simultaneamente tão pobre e desigual.

Dessa forma, ele distinguia o que chamava de dois processos civilizatórios. Um caracterizando os países ricos, capitalistas e desenvolvidos que ele denominou como “Aceleração Histórica ou Evolutiva”, ou seja, países que se desenvolveram com base em suas próprias aptidões, vocações e tradições, libertando-se dos laços de subordinação às potências mundiais por meio de um projeto próprio que preza pela autonomia científico-tecnológica – que os faz “acelerar”.

O outro, caracterizava os países desiguais e subdesenvolvidos, que ele denominou de “Atualização Histórica ou Modernidade Reflexa”, ou seja, um processo civilizatório de estrutura colonial escravista em que a crença interiorizada no fracasso e no atraso não permite apostar num projeto próprio e autônomo e sim na subordinação social (atender ao domínio colonial), absorvendo e copiando valores dos outros (exógenos), como se só pudessemos “atualizar” e não inventar nossa própria história. A consequência, nesse caso, é a permanência de uma dependência tecnológica/econômica pautada por um sistema de plantation e/ou de mineração resultando numa modernização sempre conservadora, de natureza extrativista e predatória.

Assim, nessa tipologia proposta por Ribeiro, o subdesenvolvimento é o efeito reflexo do progresso do outro, resultado de processos de atualização histórica e nunca de aceleração histórica. Ficamos sempre atrás, porque sempre atendemos primeiro, de forma reflexa, as necessidades do outro. Mandamos o bom café para exportação e distribuímos aos brasileiros a borra cara, por exemplo, a não ser que se possa consumir um café gourmet.

De acordo com Darcy, “a posição subalterna frente ao Outro deforma o seu próprio processo de renovação comprimindo-o e instaurando uma crise evolutiva que se transforma num trauma paralisador”, em que o subdesenvolvimento não representa uma etapa a ser superada, uma transição, e sim expressa uma condição estrutural que inibe o progresso.

Um desafio central da PNGATI nos parece, portanto, superar o ordenamento territorial nacional em que as terras indígenas ficam sempre na posição de ilhas, seja por um lado na correspondência ao apanágio da conservação ambiental ou, de outro, sempre representadas como obstáculo ao desenvolvimento, confinadas ao imaginário do atraso tecnológico associado à resistência e à tradição em oposição à ideia de modernidade.

Enquanto não adotarmos uma lógica fértil de coexistência das possibilidades de modernizar a partir dos sentidos da conservação e da sintonia com os legados de diferentes tradições que em muito podem favorecer a diversificação de modelos de produção, nos manteremos em um impasse paralisante na reprodução permanente de conflitos que perpetuam sempre a velha estrutura – que condena nossos potenciais e riquezas a uma condição de desperdício e expropriação ao invés de impulsionar, enfim, modelos de desenvolvimento que reescrevam nosso destino comum.

Somente revendo esta postura desenvolvimentista e clientelista poderemos ver amadurecer processos que nos levem a ocupar um lugar mais digno no fluxo das transações internacionais. É preciso negociar com seriedade sobre as distintas aptidões locais para promover acordos nos usos dos territórios tão diversos presentes entre os biomas e comunidades que compõem nossa realidade nacional, articulando pactos entre o poder público e privado que possibilitem um real sentido e orientação para a gestão territorial no país.

Não basta uma pequena comunidade passar décadas investindo em SAFs se seu vizinho contamina os lençóis freáticos, envenena as abelhas e cerca tudo com monoculturas de eucalipto ou soja. A ilha beneficia o vizinho prestando inúmeros serviços ambientais não remunerados e nem sequer reconhecidos, enquanto o vizinho não lhe rende nenhum préstimo em reciprocidade.

Independentemente dos pontos de vista adotados no cenário global a respeito da questão climática, os serviços ambientais prestados pela Pan Amazônia são imprescindíveis para o regime de chuvas, abastecimento e regulação climática em qualquer modelo produtivo adotado, seja ele extrativista, solidário, ecológico ou predatório.

Um novo ethos que se assente em seus próprios códigos valorativos interrompendo o ciclo civilizador colonialista precisa emergir, aflorar a partir de nossas singularidades criativas e criadoras que compõem os muitos brasis que resistem e contam as nossas histórias.

Será que basta ser vigilante para garantir alguma proteção das terras indígenas ou devemos ultrapassar a lógica repetitiva do controle e da subalternidade para poder criar novos padrões e gestar outras territorialidades? Nossos ancestrais indígenas parecem apostar que isso é possível, mais do que a própria política nacional consegue fazer operar.

GLOSSÁRIO

- ANSA** • Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção
- ARSX** • Associação Rede de Sementes do Xingu
- ATL** • Acampamento Terra Livre
- ATV** • Associação Terra Viva
- AXA** • Articulação Xingu-Araguaia
- CGGAM** • Coordenação Geral de Gestão Ambiental (Funai)
- CIMI** • Conselho Indigenista Missionário
- Coiab** • Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- CPD** • Comissão Partidária Deliberativa
- CR** • Coordenação Regional (Funai)
- Empaer** • Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
- ENEI** • Encontro Nacional de Estudantes Indígenas

FAB • Força Aérea Brasileira

Fepoimt • Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso

Funai • Fundação Nacional do Índio

IBAMA • Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH • Índice de Desenvolvimento Humano

ISA • Instituto Socioambiental

OPAN • Operação Amazônia Nativa

PAA • Programa de Aquisição de Alimentos

PDPI • Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas

PGR • Procuradoria Geral da República

PGTA • Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PNAE • Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAP • Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNGATI • Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PPG7 • Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PPTAL • Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal

Pronaf • Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

MIC • Ministério da Cultura

MMA • Ministério do Meio Ambiente

RJV • Rede Juruena Vivo

SAF • Sistema Agroflorestal

SPI • Serviço de Proteção aos Índios

SPVEA • Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Sudam • Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TI • Terra Indígena

UFMT • Universidade Federal de Mato Grosso

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

BRASIL/MMA. Caminhos para a Sustentabilidade: As contribuições do maior programa ambiental do país para o uso e a proteção das florestas tropicais brasileiras / PPG7. Brasília, DF, 2009.

BRASIL/GTI. Documento de apoio às consultas regionais aos povos indígenas/PNGATI. Brasília, DF, 2009.

BRASIL/FUNAI-GIZ. Diálogos entre Estado e Povos Indígenas no Brasil: a participação indígena no processo de construção da PNGATI. Brasília/DF, 2012.

BRASIL – DECRETO nº7.747 de 05 de junho de 2012 Institui a PNGATI.

BRASIL/FUNAI – Diretrizes para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Brasília/DF, Funai, 2013.

CRIVELANTE, Maria Amélia A. Alves. Poder e cotidiano na Capitânia de Mato Grosso: Uma visita aos Senhores de engenho do Lugar de Guimarães. Revista de Demografia Histórica, XXI, II, segunda época, 2003.

POWERAKER, Joe. A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1982.

GRUPIONI, Luis D.B.; KAHN, Marina. Gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira: os percursos da Rede de Cooperação Alternativa (RCA). São Paulo, IEPÉ, 2013.

HEREDIA, Beatriz et al. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 25 nº 74 - outubro/2010.

IANNI, Octavio. A Luta pela Terra. Petrópolis/RJ, Vozes, 1978.

JAKUBASZKO, Andrea. Paisagens Culturais: identidade territorial e direito ao desenvolvimento. Revista Desenvolvimento Social, nº19. Montes Claros, PPGDS/UNIMONTES, 2016.

_____. Relatório Antropológico: Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sócio-Cultural da CRQ Laranjal (Poconé /Mato Grosso). Cuiabá – MT, 2014.

LIMA, Artema.; FANZERES, Andréia.; ALMEIDA, Juliana. Jeitos de Fazer: experiências metodológicas para elaboração de planos de gestão territorial em terras indígenas. Cuiabá, OPAN, editora Curt Nimuendajú, 2012.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico/2002-2003 (251-290). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2004

LOPES NEVES, André L. WATOHOLI: experiência de união em forma de associação. Cuiabá, OPAN, 2015.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo, Loyola, 1980.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. Gestão territorial e geográfica dos vales do Amazonas in SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Gestar e Gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

MESQUITA, José de. Grandeza e decadência de Serra Acima. RHIGMT, Cuiabá, 1933.

ROSA, Carlos; CANOVA, Loiva; MARTINS, Nelma. Escravo e Terra em Mato Grosso: o caso de Livramento (1727-1883). In: Escravidão. Cadernos do NERU/UFMT n°2, Cuiabá, Ponto e Contraponto, 1993.

MANOKI. Plano de Gestão Territorial Manoki. ARRUDA, Rinaldo S.V. e SANTOS Jr, Tarcísio S. (ORGs). Cuiabá, OPAN, 2012.

MYKY. Plano de Gestão Territorial Myky. JAKUBASZKO, Andrea e LIMA, Artema (ORGs). Cuiabá, OPAN, 2012.

NAMBIKWARA. Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Pirineus de Souza. ALMEIDA, Juliana e LIMA, Artema (ORGs). Cuiabá, OPAN, 2013.

XAVANTE. Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Marãiwatsédé. RAMIRES, Marcos M.; SILVA, Sayonara e SOYINKA, Marcelino (ORGs). Cuiabá, OPAN, 2016.

OPAN. Relatórios Institucionais e Relatórios anuais e de desempenho dos projetos Berço das Águas e Irehi (2012 a 2018).

RIBEIRO, Darcy. As Américas e a Civilização: estudos de antropologia da civilização. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1977.

_____ América Latina: a pátria grande. Rio de Janeiro, Fundação Darcy Ribeiro, 2012.

SCHRÖDER, Peter. É possível mudar a Funai? Sobre os impactos de um projeto de cooperação internacional. Revista Antropológicas, ano 8, Vol.15(2): 107-134. UFPE, 2004.

SENA, Divino Marcos de. Camaradas: Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850). Dissertação de Mestrado. História, Dourados, UFGD, 2010.

WERNECK, Adriana R. ICMS Ecológico: oportunidades para o desenvolvimento municipal em Mato Grosso. Cuiabá, OPAN, 2014.

WOLDMAR Ricardo; BONSI CHECOLI, Carlos H. Plano de negócios do manejo e comercialização de banana pela Terra Indígena Pirineus de Souza - Mato Grosso (Relatório de Consultoria). Cuiabá, OPAN, 2018.

